



Presidência da República
Casa Civil
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

IN SGD/ME Nº 01/2019, Art. 12

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de novos Switches de Datacenter com a contratação de serviços de extensão de garantia e suporte técnico por 12 (doze) meses. Além da aquisição de cabos e transceivers para conectar os novos equipamentos no Datacenter.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE	QTDE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL (R\$)	COTA
1	1	Switch Core (C9500-24Y4C)	393273	Un.	4	225.000,00	900.000,00	NÃO Ampla concorrência
	2	Transceivers multimodo de 10G (SFP-10G-SR-S 10GBaseSR MMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850) com garantia de 60 (sessenta) meses.	462427	Un.	30	2.630,00	78.900,00	NÃO Ampla concorrência
	3	Transceiver monomodo de 10G (SFP-10G-LR-S 10GBaseLR 10Km SMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850) com garantia de 60 (sessenta) meses.	462023	Un.	20	9.310,00	186.200,00	NÃO Ampla concorrência
	4	Cabos Twinax 100G para uplink, 5 metros (compatíveis com C9500-24Y4C) com garantia de 60 (sessenta) meses.	608959	Un.	4	10.820,00	43.280,00	NÃO Ampla concorrência
	5	Cabos Twinax 100G para uplink, 15 metros (compatíveis com C9500-24Y4C) com garantia de 60 (sessenta) meses.	608959	Un.	4	14.140,00	56.560,00	NÃO Ampla concorrência
	6	Transceiver 10/25G Multimodo (SFP-10/25-CSR-S compatíveis com C9500-24Y4C) com garantia de 60 (sessenta) meses.	462427	Un.	96	5.600,00	537.600,00	NÃO Ampla concorrência
	7	Suporte técnico de 12 (doze) meses para Switch Core (C9500-24Y4C), item 1.	27120	Un.	4	95.800,00	383.200,00	NÃO Ampla concorrência
Valor total da contratação:							2.185.740,00	

1.1. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta do produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

- ITEM 01 - Switch Core (FTE - Categoria: 5 - Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-2; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; a fabricação de switches)
- ITENS 02, 03 e 06 - Transceiver (FTE - Categoria: 5 - Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-2; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática)
- ITENS 04 e 05 - cabos twinax (FTE - Categoria: 5 - Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-2; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; a fabricação de cabos de fibra óptica)

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**2.1. Bens e serviços que compõem a solução**

2.2. Os equipamentos ofertados devem ser novos e de primeiro uso. Os *hardwares* e *softwares* ofertados na composição dos itens não devem estar listados como *End of sale* e *End of life* por seus respectivos fabricantes até a data da abertura das propostas.

2.3. Caso os equipamentos entrem em *End of sale* e *End of life* durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deve assegurar o suporte e funcionamento dos equipamentos ainda que tenha que os substituir por modelos mais novos com qualidade igual ou superior.

2.4. Os equipamentos ofertados devem possuir homologação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) com validade indeterminada, conforme determina a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.

2.5. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração. Será aceito que este conteúdo seja disponibilizado no site eletrônico do fabricante livre para download e sem necessidade de senhas para acessar o seu conteúdo.

2.6. Para atendimento do Inciso III, Art. 3o do Decreto 7.174/2010, quando da entrega dos equipamentos, o licitante deverá comprovar a origem dos bens importados e apresentar comprovante de quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de suspensão do(s) pagamento(s), rescisão contratual e multa.

2.7. Por questões de compatibilidade, gerência, suporte e garantia, todos os equipamentos do LOTE, deverão ser de um mesmo fabricante, salvo disposto em contrário, conforme dispõe o inciso I do artigo 15 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (I - Atender ao princípio de padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas).

2.8. Todos os produtos descritos no "OBJETO DA CONTRATAÇÃO", compõem o GRUPO 1 para fornecimento por uma única empresa, descritos a seguir.

2.8.1. GRUPO 1 – ITEM 1 – SWITCH CORE - Modelo de Referência: Cisco Catalyst 9500 Series High-Performance

2.8.1.1. Deve possuir no mínimo 24 (vinte e quatro) portas 1/10/25 Gigabit Ethernet compatíveis com *transceivers* SFP, SFP+ e SFP28 sem nenhum bloqueio (*non-blocking*).

2.8.1.2. As portas devem ser compatíveis com os padrões IEEE 802.3by (25GBase-SR), IEEE 802.3cc (25GBase-LR), IEEE 802.3ab (10GBase-SR e 10GBase-LR), IEEE 802.3z (1000Base-SX e 1000Base-LX/LH) e IEEE 802.ab (1000Base-T).

2.8.1.3. As portas 1/10/25Gbps não poderão desativar nenhuma das demais portas especificadas.

2.8.1.4. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) portas 40/100 Gigabit Ethernet compatíveis com *transceivers* QSFP+ e QSFP28 sem nenhum bloqueio (*non-blocking*) para *uplink*.

2.8.1.5. As portas devem ser compatíveis com os padrões IEEE 802.3bm (100GBase-SR4), IEEE 802.3ba (100GBase-LR4, 40GBase-SR4, e 40GBase-LR4) e 40GBase-SR-BiDi.

2.8.1.6. As portas 40/100Gbps não poderão desativar nenhuma das demais portas especificadas.

2.8.1.7. Cada *switch* deve vir acompanhado dos seguintes cabos e *transceivers*:

- 24 (vinte e quatro) *transceivers* do tipo SFP28, Cisco Short Reach (CSR), que permita operação tanto em 10Gbps quanto em 25Gbps (com ou sem RS-FEC nas portas de hosts), com conectores Dual LC/PC.
 - Para 10Gbps, deve operar sobre fibras multimodo OM3/OM4 para distâncias de até 300m/400m, respectivamente;
 - Para 25Gbps, deve operar sobre fibras multimodo OM3/OM4 para distâncias de até 70m/100m (Base-R FEC) ou 30m/50m (sem FEC), respectivamente.
- Um cabo de conexão direta Cisco AOC (Active Optical Cable) com conectores 100Gbps QSFP28 em ambas as pontas e com comprimento de 5 (cinco) metros.
- Um cabo de conexão direta Cisco AOC (Active Optical Cable) com conectores 100Gbps QSFP28 em ambas as pontas e com comprimento de 15 (quinze) metros.

2.8.1.8. Todos os cabos e transceivers devem ser do tipo hot-swappable, permitindo sua conexão/desconexão com o equipamento em operação.

- 2.8.1.9. Todos os cabos e *transceivers* ofertados devem estar listados na matriz de compatibilidade do *switch*, disponível na documentação oficial: <https://tmgmatrix.cisco.com/>.
- 2.8.1.10. Não será aceito o fornecimento de *transceiver* dito "compatível" que não seja reconhecido pelo fabricante Cisco Systems, que requeira desabilitar a proteção contra *transceivers* de terceiros.
- 2.8.1.11. Deve possuir LEDs que indiquem o status de funcionamento do equipamento (*switch*, portas, ventilação e fonte de alimentação) e a localização (Beacon LED).
- 2.8.1.12. Deve ser fornecido com todos os *hardwares* e licenças necessários para a implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.
- 2.8.1.13. Deve suportar Jumbo Frames de no mínimo 1700 bytes.
- 2.8.1.14. Deve possuir porta USB compatível com *flash drives*, para cópias de arquivos de configuração e arquivos de sistema operacional.
- 2.8.1.15. Deve possuir no mínimo 1 (uma) porta de *console* para gerenciamento e configuração via linha de comando (CLI – *Command Line Interface*) com conector RJ-45 e 1 (uma) porta Ethernet RJ45 para administração fora de banda (*out-of-band management*).
- 2.8.1.16. Deve possuir fontes de alimentação internas e redundantes com as seguintes características:
- Chaveada ou com ajuste automático de tensão entre 115 e 240 volts e frequência de 60 Hz;
 - Operar normalmente em temperaturas de 0°C até 40°C e umidade de 5 a 90%;
 - Ser capaz de alimentar o *switch* (mantendo o funcionamento das funcionalidades comuns) com apenas uma das fontes instalada;
 - As fontes deverão vir acompanhadas com cabos de energia elétrica em conformidade com o padrão NBR14.136;
 - Deve ser capaz de realizar a troca da fonte redundante com o equipamento em pleno funcionamento, sem nenhum impacto na performance (*hot-swappable*);
- 2.8.1.17. Deve ser instalável em *rack* padrão de 19" e ter no máximo 1 unidade de *rack* (RU) de altura, sendo que deverão ser fornecidos os respectivos kits de fixação.
- 2.8.1.18. Deve possuir sistema de ventilação redundante e que permita substituição em caso de falha, sem necessidade de troca do *switch*.
- 2.8.1.19. Deve possuir capacidade de comutação de pelo menos 2Tbps.
- 2.8.1.20. Deve possuir capacidade de processamento de pacotes de pelo menos 1Bpps.
- 2.8.1.21. Deve possuir buffer de pacotes com, no mínimo, 36MBytes (Megabytes).
- 2.8.1.22. Deve possuir capacidade para no mínimo 80.000 (oitenta mil) endereços MAC.
- 2.8.1.23. Quanto às funcionalidades de Camada 2, o equipamento deve apresentar as seguintes características:
- Deve implementar LAN Virtual (VLAN) conforme o padrão IEEE 802.1Q, permitindo a criação e ativação simultâneas de no mínimo 4.000 VLANs IDs e 1000 VLANs ativas simultaneamente.
 - Deve implementar "VLAN Trunking" conforme padrão IEEE 802.1Q nas interfaces exigidas. Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos configurados. Deve permitir que uma certa VLAN seja adicionada e removida do tronco sem a necessidade de adicionar e remover todas as demais VLANs configuradas anteriormente.
 - Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q.
 - Deve permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas "isoladas" e portas "promíscuas", onde portas isoladas não se comunicam com outras portas isoladas, mas apenas com as portas promíscuas de uma dada VLAN.
 - Deve implementar a funcionalidade de agregação de portas conforme padrão IEEE 802.3ad (LACP) de modo que as portas agrupadas formem uma única interface lógica com as mesmas facilidades das interfaces originais.
 - Deve permitir pelo menos a criação de 12 (doze) grupos de portas agregadas, com pelo menos 8 (oito) portas por grupo.
 - Deve implementar funcionalidade que permita que este *switch*, em conjunto com outro *switch* de mesmo modelo, possa receber conexões vindas de um terceiro *switch* na forma de *link aggregation*. O terceiro *switch* em questão deverá perceber os dois *switches* logicamente como um só. Esta funcionalidade deve tomar como referências padrões como *Multi-Chassis Link Aggregation* (MLAG) ou *Multi-Chassis EtherChannel* (MEC). O único link lógico entre os dois *switches* descritos neste item e o terceiro *switch* deve eliminar convergência do *Spanning Tree*, possibilitando o tráfego simultâneo por mais de uma conexão (*Layer 2 Multipathing*).
 - Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB *Link Layer Discovery Protocol* (LLDP), permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos.
 - Deve suportar a implementação da função de DHCP Server. capaz de suportar, pelos menos, a atribuição de endereço IPv4.
 - Deve ser suportada função de DHCP Relay por VLAN para IPv4 e IPv6.
 - Quanto ao protocolo *Spanning Tree*, o equipamento deve apresentar as seguintes características:
 - Deve implementar o padrão IEEE 802.1d ("*Spanning Tree*").
 - Deve implementar o padrão IEEE 802.1w ("*Rapid Spanning Tree*").
 - Deve implementar o padrão IEEE 802.1s ("*Multiple Spanning Tree*"), com suporte a no mínimo 64 (sessenta e quatro) instâncias simultâneas.
 - Deve implementar simultaneamente os padrões IEEE 802.1w e 802.1s com suporte a, no mínimo, 64 (sessenta e quatro) instâncias simultâneas.
 - Deve implementar mecanismo de *Spanning-tree* baseado em VLAN's, em que cada VLAN executa o protocolo STP ou RSTP de forma independente.
 - Deve implementar mecanismo de proteção da *root bridge* do algoritmo *Spanning-Tree* para prover defesa contra ataques do tipo *Denial of Service* no ambiente nível 2.
 - Deve permitir a suspensão de recebimento de *Bridge Protocol Data Units* (BPDUs) caso a porta esteja colocada no modo *fast forwarding* (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente.
- 2.8.1.24. Quanto às funcionalidades de *Quality of Service* (QoS), o equipamento deve apresentar as seguintes características:
- Deve possuir a facilidade de priorização de tráfego através do protocolo IEEE 802.1p.
 - Deve implementar pelo menos 08 (oito) filas de prioridade por porta de saída (*egress port*).
 - Deve implementar pelo menos 1 (uma) fila de saída com prioridade estrita (prioridade absoluta em relação às demais classes dentro do limite de banda que lhe foi atribuído) e divisão ponderada de banda entre as demais filas de saída.
 - Deve implementar classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino.
 - Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do *frame ethernet* (IEEE 802.1p CoS – L2) e do campo *Differentiated Services Code Point* (DSCP) do cabeçalho IP (L3), conforme definições do IETF.
 - Deve implementar funcionalidades de *Traffic Shaping* e *Traffic Policing*.
 - Deve ser possível a especificação de banda por classe de serviço. Para os pacotes que excederem a especificação deve ser possível configurar ações tais como: transmissão do pacote sem modificação, transmissão com remarcação do valor de *Differentiated Services Code Point* (DSCP) e descarte do pacote.
- 2.8.1.25. Quanto às funcionalidades de Camada 3 de Roteamento (modelo OSI), o equipamento deve apresentar as seguintes características:
- Deve suportar roteamento de pacotes IPv4 e IPv6.
 - Deve permitir o roteamento nível 3 entre VLANs.
 - Deve implementar roteamento estático para IPv4 e IPv6.
 - Deve implementar roteamento dinâmico RIPv1 e RIPv2.
 - Deve implementar os protocolos de roteamento dinâmico OSPFv2 e OSPFv3. Devem ser suportados pelo menos 02 (dois) processos OSPF simultâneos.
 - Deve implementar protocolo de roteamento dinâmico BGPv4 para IPv4 e IPv6.
 - Deve suportar, pelo menos, 150.000 (cento e cinquenta mil) rotas IPv4 dinâmicas.
 - Deve suportar, pelo menos, 100.000 (cem mil) rotas IPv6 dinâmicas.
 - Deve suportar ao protocolo *Generic Routing Encapsulation* (GRE).
 - Deve implementar o protocolo de redundância de *gateway Virtual Router Redundancy Protocol* (VRRP) conforme as RFC 5798, suportando a configuração de 250 (duzentos e cinquenta) grupos simultaneamente.
 - Deve suportar *Policy-Based Routing* (PBR) permitindo a definição de políticas de roteamento baseadas em endereços de origem e outras condições especiais.
 - Deve permitir a virtualização das tabelas de roteamento de camada de rede (nível 3) utilizando a tecnologia conhecida como Virtual Routing and Forwarding (VRF), contemplando, no mínimo, as seguintes características:
 - As tabelas virtuais de roteamento devem ser totalmente segregadas em cada equipamento.
 - Deve ser suportada a associação de interfaces roteáveis físicas e lógicas (subinterfaces com 802.1q) a uma tabela virtual específica.
 - Deve ser possível criar rotas estáticas em cada uma das tabelas virtuais de roteamento.

- Os protocolos dinâmicos de roteamento fornecidos devem suportar a troca de informações de forma completamente segregada para cada uma das tabelas virtuais criadas.
- Deve ser possível visualizar as informações de cada uma das tabelas virtuais de roteamento de forma totalmente segmentada.
- Deve suportar a associação de todas as interfaces roteadas (inclusive túneis *Generic routing encapsulation*, GRE) a uma tabela virtual específica.
- Deve suportar, pelo menos, 500 (quinhentas) tabelas virtuais.

- Quanto às funcionalidades de *Multicast*, o equipamento deve apresentar as seguintes características:

- Deve implementar IGMP para tráfego *multicast*, nas versões 1, 2 e 3.
- Deve suportar, pelo menos, 1.000 (mil) grupos *multicast*.
- Deve implementar IGMP *Snooping* (v1, v2 e v3). O computador deve ser capaz de fazer *snooping* de pacotes IGMPv1, IGMPv2 e IGMPv3.
- Deve implementar roteamento *multicast Protocol Independent Multicast* (PIM) em modo *sparse-mode*, PIMv2 e *Source-Specific Multicast* (PIM-SSM).
- Deve implementar em todas as interfaces do *switch* o protocolo *Multicast Listener Discovery* (MLD) *Snooping* (v1 e v2) para IPv6.

- 2.8.1.26. Quanto às funcionalidades de segurança, o equipamento deve apresentar as seguintes características:

- Deve proteger a interface de linha de comando (CLI) do equipamento através de senha.
- Deve implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IPv4 ou IPv6 de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino e flags TCP.
- Deve implementar ACLs baseadas em endereços IP para limitar o acesso ao *switch* via Telnet e SSH. Deve ser possível definir os endereços IP de origem das sessões Telnet e SSH.
- Deve permitir a configuração de, no mínimo, 2.000 (duas mil) ACLs.
- Deve implementar ACLs baseadas em políticas (*Policy Based* ACLs), que permitem aplicar políticas de controle de acesso em grupos de objetos.
- Deve permitir visualização das estatísticas de filtragem das listas de controle de acesso aplicadas.
- Deve suportar autenticação, autorização e *accounting* via RADIUS.
- Deve suportar protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento que possua pelo menos as seguintes características:
 - Deve implementar mecanismos de autenticação, autorização e *accounting* (AAA) com garantia de entrega dos pacotes transferidos entre cliente e servidor AAA. Deve haver autenticação mútua entre o servidor AAA e o cliente AAA.
 - Deve implementar a criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não somente para os pacotes referentes à senha.
 - Deve permitir controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem executar nos equipamentos gerenciados. Devem ficar registrados no servidor AAA todos os comandos executados, assim como todas as tentativas não autorizadas de execução de comandos feitos por usuários que verem acesso ao equipamento gerenciado. Todos os comandos de administração do equipamento, executados por qualquer dos meios de acesso (interface de console, telnet, SSH e interface gráfica/HTTPS) deverão ser individualmente autorizados e registrados (*accounting*) por este protocolo de controle de acesso administrativo.
 - Deve utilizar o protocolo TCP para prover maior confiabilidade ao tráfego dos pacotes envolvidos no controle administrativo.
- Deve implementar Controle de Acesso por porta (IEEE 802.1x) com as seguintes características:
 - Deve ser suportada a atribuição de VLANs após a identificação do usuário, atribuição do usuário a uma VLAN *Guest* caso a máquina que esteja utilizando para acesso à Rede não tenha cliente 802.1x operacional. Caso ocorra falha de autenticação de um usuário com um cliente 802.1x operacional o mesmo deverá ser alocado em uma VLAN “quarentena” com características próprias.
 - Deve implementar *accounting* das conexões IEEE 802.1x. Devem ficar registradas pelo menos as seguintes informações da conexão: nome do usuário e grupo a que pertence, *switch* em que o computador do usuário está conectado, porta do *switch* usada para acesso, endereço MAC e IP da máquina usada pelo usuário, horários de início e término da conexão, bytes transmitidos e recebidos durante a sessão.
- Deve implementar associação automática de VLAN da porta do *switch* através da qual o usuário requisitou acesso à rede (*VLAN Assignment*).
 - Deve implementar associação automática de ACL da porta do *switch* através da qual o usuário requisitou acesso à rede.
 - Deve ser possível especificar, por porta, o intervalo de tempo para obrigar o cliente a se reautenticar (reautenticação periódica).
 - Deve ser possível forçar de forma manual ou automática a reautenticação de um usuário conectado a uma porta do *switch* habilitada para 802.1x.
 - Deve suportar a autenticação 802.1x via endereço MAC em substituição à identificação de usuário, para equipamentos que não disponham de suplicantes.
 - Deve suportar a configuração de 802.1x utilizando autenticação via usuário e MAC simultaneamente na mesma porta do *switch*.
 - Deve ser capaz de intermediar o processo de autenticação 802.1x, enviando mensagens *EAP-Request/Identity* para o cliente 802.1x e repassando a resposta *EAP-Response/Identity* para o servidor.
 - Deve implementar serviço de DHCP Server em múltiplas VLANs simultaneamente, para que o *switch* possa atribuir endereços IP aos clientes 802.1x autenticados e autorizados.
 - Deve ser suportada a autenticação de múltiplos usuários em uma mesma porta.
 - Deve ser suportada a obtenção de credenciais do usuário através de navegador web (*Web Authentication*), caso a máquina utilizada para acesso à Rede não tenha cliente 802.1x operacional. O portal de autenticação local do *switch* deve utilizar protocolo HTTPS para obter de forma segura as credenciais do usuário.
 - Deve permitir o controle de desconexão de sessões de usuários via Radius (RFC 5176) ou implementar o mecanismo *Change of Authorization* do Radius.
- Deve permitir a associação de um endereço MAC específico a uma dada porta do *switch*, de modo que somente a estação que tenha tal endereço possa usar a referida porta para conexão. Deve ser possível enviar um trap SNMP caso algum MAC diferente tente se conectar a uma porta.
- Deve ser possível estabelecer o número máximo de endereços MAC que podem estar associados a uma dada porta do *switch*. Deve ser possível enviar um trap SNMP caso o número de endereços MAC configurados para a porta seja excedido.
- Deve implementar mecanismo de segurança do tipo *anti-spoofing* com tecnologia que utiliza a tabela de roteamento do equipamento de forma dinâmica, sem configuração de lista de acesso, e que possa ser configurado por interface.
- Deve implementar *Network Address Translation* (NAT) e *Port Address Translation* (PAT) estático e dinâmico.
- Deve possuir controle de *broadcast*, *multicast* e *unicast* por porta. Deve ser possível especificar limiares (*thresholds*) individuais para tráfego tolerável de *broadcast*, *multicast* e *unicast* em cada porta do *switch*. Excedidos os valores pré-configurados deve ser possível enviar um trap SNMP e desabilitar a porta.
- Deve implementar inspeção do protocolo *Address Resolution Protocol* (ARP) e possuir mecanismos de proteção contra ataques do tipo *ARP Poisoning*.
- Deve implementar funcionalidade que permita que somente servidores DHCP autorizados atribuam configuração IP aos clientes DHCP (*Trusted DHCP Server*).
- Deve promover análise do protocolo DHCP e permitir que se crie uma tabela de associação entre endereços IP atribuídos dinamicamente, MAC da máquina que recebeu o endereço e porta física do *switch* em que se localiza tal MAC.
- Deve suportar integração com ferramenta de solução de controle de acesso do mesmo fabricante. O *switch* ofertado deve constar na matriz de compatibilidade da ferramenta. Deve ser possível verificar a conformidade da máquina com a política de segurança considerando no mínimo os seguintes atributos: presença do antivírus e versão de patch do sistema operacional.
- Deve implementar o padrão IEEE 802.1AE MAC Security (MACSec), permitindo a criptografia de tráfego na camada física (*hardware*) e fornecendo uma comunicação segura para os dispositivos conectados com o *switch*.
 - Deve implementar MACSec através do algoritmo AES-256.
 - Deve suportar MACSec em pelo menos 8 (oito) portas e em todas as velocidades suportadas.

- 2.8.1.27. Quanto às funcionalidades de gerenciamento, o equipamento deve apresentar as seguintes características:

- Deve possuir uma interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita aos usuários configurar e gerenciar *switches* através de um browser padrão, implementar o protocolo HTTPS para gerenciamento gráfico seguro do equipamento. No caso de gerenciamento via HTTPS, deve ser suportado no mínimo os algoritmos criptográficos 3DES e AES 128.
- Deve ser gerenciável via SSH versão 2 (SSHv2), suportando, no mínimo, o algoritmo de criptografia 3DES, com no mínimo, 5 sessões simultâneas.
- Deve permitir o gerenciamento através da ferramenta Cisco Prime Infrastructure já existente no ambiente de rede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Deve vir acompanhado com todo o licenciamento necessário para tal gerenciamento. O *switch* ofertado deve constar na matriz de compatibilidade da ferramenta, especificamente para a versão 3.9.1 atualmente instalada na ABIN, disponível no portal eletrônico:

<https://www.cisco.com/c/en/us/support/cloud-systems-management/prime-infrastructure/products-device-support-tables-list.html>

- Deve implementar, em *hardware*, tecnologia para monitoramento de tráfego que permita agrupar os pacotes que circulam pelo equipamento usando o conceito de fluxos (*flows*). Para cada fluxo devem ser exibidas, no mínimo, as seguintes informações: endereços IP de origem/destino, portas TCP/UDP de origem/destino, interfaces de entrada e saída do tráfego, número de pacotes transmitidos, garantindo alta visibilidade do tráfego de rede. As informações coletadas devem ser automaticamente exportáveis em intervalos pré-definidos através de Netflow v9 ou conforme a RFC 7011 (IETF - *Specification of the IP Flow Information Export (IPFIX) Protocol for the Exchange of Flow Information*). A ativação dessa ferramenta não poderá alterar o desempenho do *switch*.
- Deve permitir o espelhamento da totalidade do tráfego de uma VLAN, de uma porta ou de um grupo de portas para uma porta especificada.
- Deve ser possível espelhar o tráfego para outra porta localizada no mesmo *switch* e para um endereço IP remoto.
- Deve ser possível definir o sentido do tráfego a ser espelhado: somente tráfego de entrada, somente tráfego de saída e ambos simultaneamente.
- Deve suportar pelo menos 2 (duas) sessões simultâneas de espelhamento ativas simultaneamente.
- Deve implementar os padrões abertos de gerência de rede SNMPv1, SNMPv2c e SNMPv3.
- Deve implementar pelo menos os seguintes níveis de segurança para SNMP versão 3: sem autenticação e sem privacidade (noAuthNoPriv); com autenticação e sem privacidade (authNoPriv); e com autenticação e com privacidade (authPriv). Deve suportar no mínimo os algoritmos criptográficos 3DES e AES128 no modo AuthPriv.
- Deve possibilitar a obtenção da configuração do equipamento através do protocolo SNMP;
- Deve permitir o controle da geração de *traps* SNMP, possibilitando definir quais tipos de alarmes geram *traps*.
- Deve implementar a MIB privativa que forneça informações relativas ao funcionamento do equipamento.
- Deve possuir descrição completa da MIB implementada no equipamento, inclusive a extensão privativa.
- Deve permitir o armazenamento de sua configuração em memória não volátil, podendo, numa queda e posterior restabelecimento da alimentação, voltar à operação normalmente na mesma configuração anterior à queda de alimentação.
- Deve permitir a atualização de *software* sem perda de pacotes (tecnologia conhecida como *In Services Software Upgrades* – ISSU) para funcionalidades de camada de rede (nível 2).
- Deve implementar nativamente, sem uso de *probes* externas, os seguintes grupos RMON (*Alarms* e *Events*).
- De possuir ferramentas para depuração e gerenciamento em primeiro nível, tais como *debug*, *trace*, *log* de eventos.
- De possuir armazenamento interno das mensagens de *log* geradas pelo equipamento.
- Deve possuir capacidade de exportar as mensagens de *log* geradas pelo equipamento para um servidor syslog externo.
- Deve possibilitar a configuração automática via rede através de protocolo BOOTP.
- Deve suportar atualização do sistema operacional através do protocolo *Trivial File Transfer Protocol* (TFTP) ou *File Transfer Protocol* (FTP).
- Deve suportar transferência segura e autenticada de arquivos através de *Secure Copy Protocol* (SCP) ou *SSH File Transfer Protocol* (SFTP).
- Deve implementar o protocolo *Network Time Protocol* (NTP).
- Deve implementar o protocolo *Precision Time Protocol* (PTP) de acordo com o padrão IEEE 1588;
- Deve implementar mecanismo interno para responder a pacotes de teste de desempenho de rede, com capacidade de medir latência de conexões TCP e *jitter* de conexões UDP. Devem ser suportadas, no mínimo, as seguintes opções de testes a partir do switch ofertado:
 - ICMP echo,
 - TCP connect (em qualquer porta TCP do intervalo 1-65535 que o administrador especifique),
 - UDP echo (em qualquer porta UDP do intervalo 1-65535 que o administrador especifique).
- Deve implementar pelo menos 5 (cinco) destas operações de testes simultaneamente.
- Deve possuir funcionalidade de tratamento de eventos, permitindo a definição de valores de limiar (*thresholds*) de CPU e memória do equipamento, permitindo o envio de mensagens de syslog ou *traps* SNMP quando estes valores forem atingidos.
- Deve permitir a configuração de endereços IPv6 para gerenciamento e operar em modo *dual stack* (IPv4 e IPv6), suportando rotas estáticas em IPv6 assim como consulta de DNS com resolução de nomes em endereços IPv6.
- Deve implementar ICMPv6 com as seguintes funcionalidades: ICMP *request*, ICMP *reply*, ICMP *Neighbor Discovery Protocol* (NDP) e ICMP *MTU Discovery*.
- Deve implementar protocolos de gerenciamento Ping, Traceroute, Telnet, SSH, e DNS sobre IPv6.

2.8.1.28. Deve possuir garantia total do fabricante por um período de pelo menos 60 (sessenta) meses.

INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

2.8.1.29. O escopo de serviços abrange todos os serviços de instalação e configuração necessários para a atualização do núcleo de rede do Data Center da ABIN, devendo ser de responsabilidade da contratada sua execução com o devido apoio da fabricante da Solução.

2.8.1.30. A qualidade dos serviços deve ser assegurada por meio da disponibilização de equipe técnica qualificada e certificada, incluindo pelo menos 1 (um) técnico especialista do fabricante, sendo necessária a apresentação de documentação original que comprove a validade desta(s) certificação(ões) enquanto durar o contrato, comprovação esta que pode ser solicitada a qualquer momento.

2.8.1.31. A contratada deverá apresentar um Projeto Executivo que deve ser composto por um documento do tipo Scope of Work (SOW) (em tradução livre, escopo de trabalho) e que deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Objetivo dos serviços;
- Plano de gerenciamento de mudanças, detalhando passo a passo o escopo da migração;
- Cronograma das atividades que serão realizadas, com os prazos estimados e as diretrizes para cada atividade;
- Projeto lógico de configuração e diagrama de interconexão dos equipamentos;
- Nome(s) do(s) gerente(s) de projetos responsável(is) e do(s) técnico(s) responsável(is) pela execução dos serviços;
- Lista de todos os elementos instalados contendo:
 - Nome e endereço IP do equipamento;
 - Equipamento e porta na qual o equipamento foi conectado;
 - Local de instalação (bloco e sala);
 - Número de série do equipamento.

2.8.1.32. O SOW deverá ser entregue pela futura contratada em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Termo de Aceite Provisório dos equipamentos, o qual deverá ser aprovado pela futura contratada; os serviços não poderão ser iniciados antes da apresentação e assinatura de concordância de ambas as partes

2.8.1.33. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, podendo estas ser realizadas presencialmente, por telefone ou via conferência web, devendo a contratada sugerir as configurações de acordo com normas e boas práticas, cabendo à contratante a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas.

2.8.1.34. As configurações deverão seguir fielmente a padronização previamente estabelecida pela contratante.

2.8.1.35. A contratada deverá fazer análise do ambiente tecnológico atual, devendo a contratante fornecer todas as informações necessárias sobre a infraestrutura instalada, de modo que se possa garantir a continuidade dos serviços prestados pelo órgão durante a migração, mantendo a disponibilidade dos serviços básicos de rede (resolução de nomes, endereçamento dinâmico, autenticação dos usuários etc.) e dos demais serviços de retaguarda (aplicativos, correio eletrônico, banco de dados, Internet etc.).

2.8.1.36. A contratada deverá fazer análise do ambiente tecnológico atual, devendo a contratante fornecer todas as informações necessárias sobre a infraestrutura instalada, de modo que se possa garantir a continuidade dos serviços prestados pelo órgão durante a migração, mantendo a disponibilidade dos serviços básicos de rede (resolução de nomes, endereçamento dinâmico, autenticação dos usuários etc.) e dos demais serviços de retaguarda (aplicativos, correio eletrônico, banco de dados, Internet etc.).

2.8.1.37. A substituição da infraestrutura atual deve ser planejada e executada de modo que não cause interrupções e paralisações não programadas, ou qualquer outro tipo de transtorno ao correto funcionamento do ambiente operacional da contratante; caso não seja possível manter a disponibilidade dos serviços básicos no momento da instalação, as manobras de implantação deverão ser realizadas durante janela de manutenção agendada previamente, em horários que não comprometam o funcionamento das atividades do órgão, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

2.8.1.38. Ao término do serviço deve ser fornecido um relatório detalhado (as-built) contendo todas as configurações realizadas, com comentários sobre os principais comandos e as justificativas das opções de parametrização de modo a facilitar a posterior administração da solução e a continuidade de seu funcionamento; a critério da contratante, poderá ser elaborado um único as-built contendo todas as informações de todos os equipamentos e softwares instalados/configurados

2.8.1.39. A CONTRATADA deverá incluir no relatório final de instalação, todos os procedimentos necessários à migração das aplicações que não foram migradas durante o projeto. Estes procedimentos devem permitir a replicação/continuidade do processo de migração por parte da equipe técnica da CONTRATANTE.

2.8.1.40. **Dos requisitos de atualização de software:**

- Este serviço compreende também o acesso por parte do CONTRATANTE, às atualizações (versões e releases) de software dos equipamentos de rede disponibilizadas pelo fabricante;
- Deverá ser garantida a CONTRATANTE o direito para atualização dos *firmwares*, durante o período de garantia da solução, prestado pelo próprio fabricante, incluindo versões maiores (*major releases*), versões menores (*minor releases*), versões de manutenção (*maintenance releases*) e atualizações (*updates*) que forem disponibilizadas, tradicionalmente por meio de download automáticos a partir do site internet do fabricante.

2.8.1.41. **Dos requisitos de acesso à documentação:**

- Este serviço compreende o acesso remoto por parte do CONTRATANTE às documentações técnicas dos equipamentos do fabricante;
- O CONTRATANTE deverá ter acesso direto à base de dados de conhecimento do fabricante dos equipamentos que contenham especificações técnicas, informações, assistência e orientação para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções (*patches*), diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos.

- 2.8.2. **GRUPO 1 – ITEM 2 – TRANSCEIVER 10G MULTIMODO - Modelo de Referência: Cisco 10GBase SFP+ Multimode Module**
- 2.8.2.1. Deve implementar o padrão 10GBase-SR, operando sobre fibras multimodo OM3/OM4 para distâncias de até 300m/400m, respectivamente.
- 2.8.2.2. Deve ser compatível com fibras de 850nm.
- 2.8.2.3. Deve permitir a instalação em slots/portas tipo SFP+.
- 2.8.2.4. Deve possuir conector do tipo *Dual LC/PC*.
- 2.8.2.5. Deve ser do tipo *hot-swappable*, permitindo sua conexão/desconexão com o equipamento em operação.
- 2.8.2.6. Deve estar listado na matriz de compatibilidade dos novos switches (item 1) e dos switches atuais da ABIN (listados abaixo), disponível em: <https://tmgmatrix.cisco.com/>.
- 2.8.2.7. Atualmente, a ABIN possui os seguintes switches instalados em sua infraestrutura:
- Cisco Catalyst 6509E;
 - Cisco Catalyst 4500X;
 - Cisco Catalyst 3850;
 - Cisco Catalyst 2960X.
- 2.8.2.8. Não será aceito o fornecimento de transceiver dito "compatível" que não seja reconhecido pelo fabricante Cisco Systems, que requeira desabilitar a proteção contra transceivers de terceiros.
- 2.8.2.9. Deve possuir garantia total do fabricante por um período de pelo menos 60 (sessenta) meses.
- 2.8.3. **GRUPO 1 – ITEM 3 – TRANSCEIVER 10G MONOMODO - Modelo de Referência: Cisco 10GBase SFP+ Monomode Module**
- 2.8.3.1. Deve implementar o padrão 10GBase-LR, operando sobre fibras monomodo para distâncias de até 10km.
- 2.8.3.2. Deve ser compatível com fibras de 1310nm.
- 2.8.3.3. Deve permitir a instalação em slots/portas tipo SFP+.
- 2.8.3.4. Deve possuir conector do tipo *Dual LC/PC*.
- 2.8.3.5. Deve ser do tipo *hot-swappable*, permitindo sua conexão/desconexão com o equipamento em operação.
- 2.8.3.6. Deve estar listado na matriz de compatibilidade dos novos switches (item 1) e dos switches atuais da ABIN (listados abaixo), disponível em: <https://tmgmatrix.cisco.com/>.
- 2.8.3.7. Atualmente, a ABIN possui os seguintes switches instalados em sua infraestrutura:
- Cisco Catalyst 6509E;
 - Cisco Catalyst 4500X;
 - Cisco Catalyst 3850;
 - Cisco Catalyst 2960X.
- 2.8.3.8. Não será aceito o fornecimento de transceiver dito "compatível" que não seja reconhecido pelo fabricante Cisco Systems, que requeira desabilitar a proteção contra transceivers de terceiros.
- 2.8.3.9. Deve possuir garantia total do fabricante por um período de pelo menos 60 (sessenta) meses.
- 2.8.4. **GRUPO 1 – ITEM 4 – CABOS TWINAX 100G PARA UPLINK DE 5 METROS**
- 2.8.4.1. Cabo Twinax QSFP28 100Gbps;
- 2.8.4.2. Cabo óptico ativo com terminação QSFP de, no mínimo, 5 metros (QSFP-H100G-AOC5M);
- 2.8.4.3. Não serão aceitos cabos do tipo compatível/OEM que sejam de outros fabricantes, ou seja apenas do fabricante do equipamento descrito no item 1 - *Switch Core (C9500-24Y4C)*;
- 2.8.4.4. Não serão aceitos cabos usados ou do tipo refurbished;
- 2.8.4.5. Deve ser compatível com os equipamentos do item 1 - *Switch Core (C9500-24Y4C)*.
- 2.8.4.6. Deve possuir garantia total do fabricante por um período de pelo menos 60 (sessenta) meses.
- 2.8.5. **GRUPO 1 – ITEM 5 – CABOS TWINAX 100G PARA UPLINK DE 15 METROS**
- 2.8.5.1. Cabo Twinax QSFP28 100Gbps;
- 2.8.5.2. Cabo óptico ativo com terminação QSFP de, no mínimo, 15 metros (QSFP-H100G-AOC15M);
- 2.8.5.3. Não serão aceitos cabos do tipo compatível/OEM que sejam de outros fabricantes, ou seja apenas do fabricante do equipamento descrito no item 1 - *Switch Core (C9500-24Y4C)*;
- 2.8.5.4. Não serão aceitos cabos usados ou do tipo refurbished;
- 2.8.5.5. Deve ser compatível com os equipamentos do item 1 - *Switch Core (C9500-24Y4C)*.
- 2.8.5.6. Deve possuir garantia total do fabricante por um período de pelo menos 60 (sessenta) meses.
- 2.8.6. **GRUPO 1 – ITEM 6 – TRANSCEIVER 10/25G MULTIMODO - Modelo de Referência: Cisco 10/25GBase SFP+ Multimode Module**
- 2.8.6.1. Deve implementar o padrão 10/25GBase-SR, operando sobre fibras multimodo OM3/OM4 para distâncias de até 300m/400m, respectivamente.
- 2.8.6.2. Deve ser compatível com fibras de 850nm.
- 2.8.6.3. Deve permitir a instalação em slots/portas tipo SFP+.
- 2.8.6.4. Deve possuir conector do tipo *Dual LC/PC*.
- 2.8.6.5. Deve ser do tipo *hot-swappable*, permitindo sua conexão/desconexão com o equipamento em operação.
- 2.8.6.6. Deve estar listado na matriz de compatibilidade dos novos switches (item 1) e dos switches atuais da ABIN (listados abaixo), disponível em: <https://tmgmatrix.cisco.com/>.
- 2.8.6.7. Atualmente, a ABIN possui os seguintes switches instalados em sua infraestrutura:
- Cisco Catalyst 6509E;
 - Cisco Catalyst 4500X;
 - Cisco Catalyst 3850;
 - Cisco Catalyst 2960X.
- 2.8.6.8. Não será aceito o fornecimento de transceiver dito "compatível" que não seja reconhecido pelo fabricante Cisco Systems, que requeira desabilitar a proteção contra transceivers de terceiros.
- 2.8.6.9. Deve possuir garantia total do fabricante por um período de pelo menos 60 (sessenta) meses.
- 2.8.7. **GRUPO 1 – ITEM 7 – Suporte técnico de 12 (doze) meses para *Switch Core (C9500-24Y4C)*, item 1 do GRUPO 1**

Suporte Técnico Mensal

2.8.7.1. Dentro do escopo serviços previstos, está previsto o suporte técnico da solução por 12 (doze) meses, iniciando após a conclusão da instalação dos novos equipamentos, abrangendo os serviços de natureza corretiva, preventiva e evolutiva:

- Os serviços de **natureza corretiva** são aqueles efetuados com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;
- Os serviços de **natureza preventiva** são aqueles nas quais a CONTRATADA, mediante a análise dos relatórios técnicos emitidos pelo equipamento ("*tech report*", relatório de diagnóstico é uma funcionalidade presente no equipamento do fabricante). Por meio desse relatório deve ser feita uma checagem da saúde e funcionamento dos equipamentos e da solução já implementada, permitindo um diagnóstico preciso do status atual da rede. Como resultado dessa análise deve ser produzido um relatório de acompanhamento por parte da CONTRATADA;
- Os serviços de **natureza evolutiva** são aqueles em que a CONTRATADA, mediante solicitação da CONTRATANTE, implementará atualizações de software para os equipamentos objeto deste contrato, mantendo a solução em pleno funcionamento e na versão desejada pela CONTRATANTE.

Manutenção Corretiva:

- 2.8.7.2. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção corretiva sempre que os equipamentos apresentarem falhas;
- 2.8.7.3. Serão consideradas falhas o comportamento ou características dos *softwares*/equipamentos que se mostrem diferentes daqueles previstos na documentação do produto e sejam considerados pela CONTRATANTE como prejudiciais ao seu uso;
- 2.8.7.4. A CONTRATADA deverá prover o isolamento, identificação e caracterização de falhas de laboratório (*bugs*), realizar o encaminhamento da falha ao suporte do fabricante bem como o acompanhamento de sua solução;
- 2.8.7.5. Os prazos máximos para a resolução dos pedidos de suporte técnico de natureza corretiva, incluindo a substituição de peças e/ou equipamentos se necessário, de acordo com o nível de severidade de cada chamado, são:

SEVERIDADE	DESCRIÇÃO	TEMPO PARA ATENDIMENTO	TMSO
Severidade 1	Ocorrências com impacto crítico na solução, tornando totalmente indisponível a operação da rede	01 hora	04 horas
Severidade 2	Ocorrências com impacto significativo na solução, prejudicando a operação da rede	02 horas	08 horas
Severidade 3	Problemas ou dúvidas criando algumas restrições à operação da rede	08 horas	24 horas
Severidade 4	Problemas ou dúvidas que não afetam a operação da rede	24 horas	72 horas

- 2.8.7.6. O TMSO é o tempo máximo requerido para que o serviço ou sistema impactado volte a funcionar, independentemente de ter sido resolvida a causa raiz do problema;
- 2.8.7.7. O atendimento das severidades 1 e 2 deverão ser prestadas de forma ininterrupta, ainda que o prazo para solução do problema avance sobre dia não útil;
- 2.8.7.8. O atendimento das severidades 3 e 4 descritas na tabela acima poderão ser transferidas para o próximo dia útil caso o prazo para solução do problema alcance dia não útil;
- 2.8.7.9. Caberá exclusivamente ao gestor do contrato da CONTRATANTE a definição da severidade do chamado técnico;
- 2.8.7.10. As intervenções que possam causar indisponibilidades devem ser executadas em horários definidos pelo gestor do contrato da CONTRATANTE;
- 2.8.7.11. Os serviços de manutenção corretiva não constituem serviços especializados;
- 2.8.7.12. Após finalização de uma manutenção corretiva, a CONTRATANTE fará procedimentos de validação e testes, ela terá o prazo de até 5 (cinco) dias, para verificação das funcionalidades dos dispositivos.

Manutenção Preventiva:

- 2.8.7.13. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva no local de instalação dos equipamentos caso seja identificada a necessidade no relatório de diagnóstico ("*tech report*") , realizando:
- 2.8.7.14. Análise de logs e configurações da solução, identificando possíveis erros ou conflitos e as correções necessárias;
- 2.8.7.15. Análise de desempenho do funcionamento da solução no que diz respeito ao uso de CPU e memória e recomendar ajustes;
- 2.8.7.16. Análise física dos equipamentos, incluído verificações de temperatura, ventilação e eventuais alertas de falhas de hardwares;
- 2.8.7.17. Análise de vulnerabilidades e de pendências de atualizações de versões de firmwares, engines, assinaturas ou qualquer componente da solução passível de atualização e recomendar as ações necessárias para regularização;
- 2.8.7.18. Monitoramento dos serviços;
- 2.8.7.19. Produção de relatórios com as informações coletadas e com as medidas que devem ser tomadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, incluindo a indicações;
- 2.8.7.20. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá fornecer à equipe técnica da CONTRATANTE todas as informações referentes a novas versões do produto lançadas no mercado, orientando o CONTRATANTE para, quando lhe for conveniente, proceder à aplicação de pacotes de correção e migração de versões do produto;
- 2.8.7.21. Os serviços de manutenção preventiva não constituem serviços especializados;
- 2.8.7.22. Após finalização de uma manutenção preventiva, a CONTRATANTE fará procedimentos de validação e testes, ela terá o prazo de até 5 (cinco) dias, para verificação da manutenção do funcionamento dos equipamentos.

Manutenção Evolutiva:

- 2.8.7.23. A CONTRATADA deverá realizar manutenções evolutivas, que consistem na atualização de versão dos *firmwares*, fornecendo, instalando e configurando as novas versões, releases e/ou upgrades lançados durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pela CONTRATANTE;
- 2.8.7.24. Caberá a CONTRATADA informar à equipe técnica da contratante a necessidade de atualização crítica dos softwares instalados;
- 2.8.7.25. Atualizações críticas são as atualizações de segurança e as que caso não sejam executadas de prontidão podem implicar em falha parcial ou total do equipamento;
- 2.8.7.26. Esses serviços deverão ser executados no local de instalação dos equipamentos. Somente será aceita atualização remota, caso haja autorização expressa pelo CONTRATANTE;
- 2.8.7.27. Ainda que de criticidade baixa, caberá só a CONTRATANTE a definição da necessidade de atualização de software, devendo a CONTRATADA executar tal ação sempre que desejado pela CONTRATANTE;
- 2.8.7.28. Ao passo que a implementação de novas funcionalidades não constitui serviços de natureza evolutiva, a manutenção evolutiva também não constitui serviços especializados;
- 2.8.7.29. Após finalização de uma manutenção evolutiva, a CONTRATANTE fará procedimentos de validação e testes, ela terá o prazo de até 5 (cinco) dias, para verificação da estabilidade da versão instalada;
- 2.8.7.30. Para os atendimentos dos chamados de natureza evolutiva, os prazos máximos para a atualização de software devem ser acordados entre CONTRATADA e CONTRATANTE de acordo com a complexidade esperada;
- 2.8.7.31. Durante todo o contrato de suporte técnico, a CONTRATADA deverá dispor e tornar disponível à CONTRATANTE uma estrutura de suporte técnico, através de meio telefônico ou outro recurso de comunicação que se faça disponível e conveniente às partes, para realização de manutenções corretivas, esclarecimento de dúvidas e orientação com relação ao produto;
- 2.8.7.32. Independentemente do tipo de atendimento realizado (corretivo, preventivo ou evolutivo), deverão ser registrados detalhadamente em relatório próprio todos os procedimentos adotados para a solução dos problemas encontrados ou implementação de melhorias, onde constem informações referentes à identificação do chamado, data e hora do chamado, início e término do atendimento, além de todos os envolvidos no chamado;
- 2.8.7.33. O atendimento para abertura de pedidos de suporte técnico deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, durante toda vigência do contrato.

2.9. GARANTIA TÉCNICA DA FABRICANTE

- 2.9.1. A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia técnica oferecida pela Cisco Systems, incluindo o Part Number da garantia ofertada e fornecendo também, em momento oportuno, o número de contrato individual (em nome da CONTRATANTE) junto à Cisco.
- 2.9.2. O contrato terá duração de no mínimo 60 (sessenta) meses e atender aos seguintes requisitos:
- 2.9.3. **Dos requisitos de reposição de equipamento defeituoso:**
- Este serviço compreende o envio de equipamento(s), componente(s), acessório(s) e dispositivo(s) novo(s), de primeiro uso e de modelo igual ou superior ao(s) danificado(s), às expensas do fabricante, às dependências da CONTRATANTE;
 - O contrato de reposição de peças deverá ser, no mínimo, na modalidade 8XSXNBD, com acionamento em horário comercial e devendo o equipamento substituto ser entregue na CONTRATADA até o próximo dia útil (Next Business Day - NBD) após a abertura do chamado;
 - Para determinação do horário de início de cada chamado referente a substituição de equipamento defeituoso devem ser levadas em consideração as seguintes condições: caso a determinação de falha do hardware pela

fabricante tenha ocorrido antes das 15h, horário local da Brasília-DF, de segunda a sexta-feira (excluindo os feriados), o equipamento deverá ser enviado no mesmo dia para chegar no próximo dia útil. Para as solicitações feitas depois das 15h, o fabricante deverá entregar o equipamento substituto até o segundo dia útil após o a determinação da falha;

- O equipamento substituto passará à propriedade da CONTRATANTE, devendo o mesmo ser imediatamente incluído no contrato de manutenção vigente em substituição ao equipamento danificado;
- O equipamento substituído deverá ser devolvido ao fabricante às expensas do mesmo, em até 5 (cinco) dias úteis.
- A CONTRATANTE deverá ter acesso à Central de Assistência Técnica (TAC) do fabricante para abertura dos chamados, bem como para acompanhar e gerenciar os casos quando necessário. Esse acesso deverá ser provido 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana através de login/senha individual;
- A CONTRATANTE deverá ter a opção de abrir os chamados junto a fabricante com o intermédio da CONTRATADA;
- Não será aceita garantia para reposição de equipamentos da empresa revendedora.

2.9.4. **Dos requisitos de assistência técnica:**

- Este serviço compreende o apoio técnico à distância dada pela assistência técnica da fabricante dos equipamentos e da CONTRATADA para solucionar problemas de ordem sistêmicos, problemas em equipamentos desta marca e problemas decorrentes de mau funcionamento de software;
- Deverá existir acesso ao serviço de assistência técnica do fabricante por telefone gratuito, e-mail ou acesso seguro ao site, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- Os chamados junto ao fabricante deverão ser atendidos por engenheiros certificados e especializados do quadro de funcionários do fabricante, em inglês ou português;
- No site do fabricante deverá existir ferramentas de autosserviço que permitam o diagnóstico gratuito, e-mail ou acesso ao site, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- Deverá existir acesso ao serviço de assistência técnica da CONTRATADA, por telefone gratuito, e-mail ou acesso ao site, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- Os chamados junto à CONTRATADA deverão ser atendidos por profissionais da CONTRATADA, em português e serão usados para abrir solicitações de informações, reportar incidentes ou esclarecer dúvidas quanto à utilização dos produtos e soluções fornecidos.

2.10. **Classificação dos bens/serviços**

Devido à padronização existente no mercado, os bens de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando. Assim, os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

2.10.2. A contratação:

2.10.2.1. Atende ao Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois os serviços a serem contratados não se enquadram na lista de vedações apresentadas pelo art. 3º.

2.10.2.2. Enquadra-se nos pressupostos da portaria Nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente executados de forma indireta.

2.10.2.3. Os serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação foram contemplados no inciso XXIII do art. 1º da referida Portaria. O parágrafo único, também do art. 1º, estabeleceu ainda que outras atividades que não estejam contempladas na lista apresentada na Portaria poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

2.10.2.4. Prevê apenas uma solução de TIC no contrato, conforme disposto no inciso I do art. 3º da IN SGD/ME nº 1/2019. Cabe ressaltar que, embora haja divisão em itens, tratam-se de componentes de um solução de rede, motivo pelo qual estão organizados num único grupo. Logo, deste procedimento resultará apenas um contrato.

2.11. **Reserva de cotas**

2.11.1. É imprescindível que todos os bens sejam idênticos, do mesmo modelo e do mesmo fornecedor. Essa necessidade advém das políticas de gerenciamento adotadas pela equipe técnica da ABIN, que estabelecem procedimentos e *scripts* de configuração e monitoramento que, quando executados, devem produzir os mesmos resultados em todos os equipamentos.

2.11.2. A utilização de procedimentos e *scripts* para auxílio no gerenciamento dos recursos é imprescindível, dada a reduzida equipe técnica responsável pela sua manutenção. Além disso, descoberta a causa de qualquer problema encontrado em um dos equipamentos, a solução pode ser replicada para os demais equipamentos que se encontrem na mesma situação, reduzindo o tempo de resolução de problemas que afetam o negócio da Instituição. O mesmo se aplica na atualização de *firmwares*, atualizações e patches de segurança.

2.11.3. A fixação de cota reservada a ME/EPP poderia comprometer a gerência desses equipamentos após sua distribuição aos usuários. Atualmente a ABIN adota procedimentos padronizados para controle e gerenciamento de determinados equipamentos, o que permite, inclusive, uma logística eficiente de distribuição em todo o território nacional. Tais procedimentos só são possíveis devido a existência de um parque uniforme de equipamentos, a partir do qual pode-se usar, por exemplo, uma imagem unificada de Sistema Operacional e ações idênticas de intervenção em qualquer dispositivo, independentemente da localidade onde esteja instalado.

2.11.4. Assim, dada a necessidade de padronização dos equipamentos para gerência de um parque computacional uniforme, optou-se por não fixar cotas reservadas para ME/EPP nos termos da LC 123/2006, nos termos do Art. 10, inciso II do Decreto nº 8.538, de 2015.

3. **JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. **Contextualização e Justificativa da Contratação**

A aquisição de novos equipamentos servidores para processamento de dados, a ampliação do uso de computadores em trabalho remoto e a constante necessidade das atividades em ambiente cibernético da Agência resulta em ampliação dos fluxos de redes e elevação de carga na infraestrutura de rede. Adicionalmente estamos com equipamentos de Datacenter antigos em final de ciclo de vida, sem condições de renovação de garantia por não serem mais fabricados e sem peças de reposição. Estes equipamentos de Datacenter representam a espinha dorsal da rede interna da ABIN sendo composto pelos SWITCHES centrais, comumente denominados Switches de Datacenters.

Cabe ressaltar que a adesão ao teletrabalho fez com que fosse necessário viabilizar o acesso remoto para uma boa parte dos servidores da agência. Este acesso foi possível por meio do uso da Virtual Private Network (VPN) em conjunto com uma série de configurações nos dispositivos da rede que acarretou um consumo dos recursos maior do que o esperado. Assim, também se faz necessária a contratação de switches de datacenter capazes de suprir as exigências desse novo cenário.

Também é importante destacar que os dispositivos switches de datacenter, atualmente em uso estão com as licenças de suporte prestes a vencer ou já vencidas e ainda com alguns elementos sem condições de renovação, tornando-se um risco para a continuidade de serviços críticos para a Abin. Além do mais, as tecnologias desses dispositivos estão obsoletas, considerando a evolução das ameaças cibernéticas hoje existentes.

Outro motivador para a atualização dos switches do datacenter é a evolução tecnológica ocorrida na implantação dos sistemas desenvolvidos pela Agência. No novo paradigma adotado as aplicações são implantadas por meio de tecnologias de container em ambiente de Nuvem de Processamento Corporativa que apresentam uma série de benefícios. Como exemplo, podemos destacar a melhor utilização dos recursos das infraestrutura devido suas propriedades de elasticidade e prover maior segurança com a blindagem de sistemas. Por se tratar de tecnologias modernas e avançadas em virtualização de serviços os atuais equipamentos não conseguem oferecer todo o potencial da tecnologia, além de não alcançar um nível aceitável de segurança. O mecanismo de comunicação entre serviços das tecnologias de Nuvem não podem ser efetivamente controladas por Switches tradicionais atualmente utilizados na agência. Esse novo modelo também apresenta novos desafios de comunicação que são equacionados por soluções de switches de datacenter mais recentes.

Dentre os principais sistemas em produção que utilizam tecnologia de nuvem podemos citar o RADAR, Análiza e SEI, todos sistemas de grande relevância para a Abin, seja no contexto da produção do conhecimento ou na condução dos processos administrativos da Agência.

Em vista do exposto, para continuar provendo a segurança da informação adequada, minimizando os riscos de indisponibilidade de serviços e sistemas, ampliando a capacidade da infraestrutura de rede interna e reduzindo os riscos de quebra da confidencialidade e integridade dos dados institucionais, faz-se necessária a aquisição de novos Switches de Datacenter com a contratação de serviços de extensão de garantia, suporte técnico e subscrição de licenças de segurança.

Destaca-se que sobre a presente contratação não incide as hipóteses vedadas pelos arts. 3º e 4º da IN SGD/ME 1/2019. Pois o objeto da contratação não apresenta mais de uma solução de TIC em um único contrato, por se tratar de equipamentos de um mesmo fabricante. Também não se refere a contratação de gestão de processos de TIC e nem gestão de segurança da informação. Além de não apresentar conflitos de interesses, pois a empresa contratada não prestará serviço que avalia, mensura ou apoia a fiscalização de contratos para a ABIN.

3.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**

A necessidade elencada está alinhada aos planos, estratégias e políticas institucionais e da administração pública federal.

A relação entre a contratação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e o seu respectivo alinhamento com os Objetivos Estratégicos da ABIN foram elencados no Documento de Oficialização da Demanda (0654816).

3.3. **Estimativa da demanda**

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	1	Switch Core (C9500-24Y4C)	Un.	4
	2	Transceivers multimodo de 10G (SFP-10G-SR-S 10GBaseSR MMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850)	Un	30
	3	Transceiver monomodo de 10G (SFP-10G-LR-S 10GBaseLR 10Km SMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850)	Un.	20
	4	Cabos Twinax 100G para uplink, 5 metros (compatíveis com C9500-24Y4C)	Un.	4
	5	Cabos Twinax 100G para uplink, 15 metros (compatíveis com C9500-24Y4C)	Un.	4

	6	Transceiver 10/25G Multimodo (SFP-10/25-CSR-S compatíveis com C9500-24Y4C)	Un.	96
	7	Suporte técnico de 12 (doze) meses para Switch Core (C9500-24Y4C), item 1.	Un.	4

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. Embora composta por elementos distintos, esta solução é intrinsecamente interdependente. Sua plena entrega por uma única empresa é importante para assegurar a compatibilidade e qualidade do resultado final. Uma falha em qualquer um dos componentes poderia comprometer o desempenho esperado do sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além disso, em situações de problemas ou incidentes, a participação de múltiplas empresas poderia suscitar dúvidas quanto à responsabilidade, potencialmente resultando em atrasos de implementação ou indisponibilidade da infraestrutura, se a solução já estiver em operação. Portanto, a centralização da contratação em uma única empresa se mostra não apenas mais vantajosa devido a questões de compatibilidade e gerenciamento de problemas, mas também para facilitar a identificação de causas e atribuição de responsabilidades, ampliando o controle sobre a execução do objeto licitado. Cabe ressaltar que o Acórdão nº 2407/2006 TCU-Plenário admite a possibilidade de limitações de ordem técnica para o fracionamento de contratações, enfatizando que este deve preservar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Diante do exposto, não é aconselhável o parcelamento do objeto desta contratação.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.6. Mitigar riscos na rede da ABIN no que se refere à indisponibilidade e à segurança cibernética ;
- 3.7. Reduzir vulnerabilidades computacionais no ambiente de sistemas e serviços do Datacenter;
- 3.8. Ampliar a capacidade da infraestrutura de rede interna;
- 3.9. Ganhar a capacidade de controle e auditoria de sistemas e serviços nas novas tecnologias de Nuvem;
- 3.10. Otimizar a utilização dos recursos humanos e computacionais da agência;
- 3.11. Prover de maneira efetiva a capacidade de blindagem de sistemas e serviços na tecnologia de Nuvem.

3.12. Da indicação da marca/modelo da solução

- 3.12.1. A especificação da marca está em conformidade com o inciso I do artigo 15 da Lei 8.666/93, já que atende ao princípio da padronização e compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia;
- 3.12.2. Nesse sentido, a aquisição ou a implantação de outras ferramentas deixaria não apenas o ambiente híbrido, mas também prejudicaria a padronização implementada em todo ambiente de TI. Ocasionalmente, nem todas as funcionalidades atualmente em operação, sobretudo as relacionadas à segurança da informação, poderiam ser incorporadas, implementadas ou migradas para outras plataformas.
- 3.12.3. Também cabe ressaltar que já existe contrato de suporte (537/2021 - ABIN) para os equipamentos da marca CISCO apenas possível devido a uniformização do parque tecnológico.
- 3.12.4. Não obstante, a implantação de *Switches* de outros fabricantes acarretaria a necessidade de treinamento dos servidores. Além de gerar custos para aperfeiçoar os recursos humanos, isso atrasaria o atendimento das tarefas operacionais e projetos conduzidos no âmbito do CEPESC, uma vez que seria necessária uma gestão precisa no revezamento da equipe deslocada para treinamento, considerando o reduzido número de servidores;
- 3.12.5. Deve-se destacar, também, que há vários fornecedores Cisco, o que garante a competição no procedimento licitatório.

3.12.6. Para os itens 2 e 3 foram indicadas as marcas por questões de compatibilidade. Como a Abin já possui os equipamentos para os quais os transceivers (itens 2 e 3) serão adquiridos, é tecnicamente inviável a aquisição de produtos de outras marcas, pois são seriam compatíveis. A indicação das marcas, portanto, tem o objetivo de manter a padronização e compatibilidade com os equipamentos existentes e encontra respaldo no inciso I do Art. 15 da Lei nº. 8.666/93:

I - Atender ao princípio da padronização, que **imponha compatibilidade de especificações técnicas** e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. (Grifou-se).

3.13. Da subcontratação da solução

- 3.13.1. Por se tratar de fornecimento de bens, não será admitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto deste Termo de Referência.
- 3.13.2. A garantia e suporte técnico do fabricante não caracteriza subcontratação.

3.14. Da vistoria técnica

Considerando que todas as informações necessárias à composição das propostas para fornecimento dos bens detalhados neste documento, não há necessidade de as licitantes realizarem vistoria técnica no ambiente da CONTRATANTE.

3.15. Da consulta ou audiência pública

3.16. Não houve consulta ou audiência pública, pois não se trata de contratação de maior materialidade ou complexidade. No entanto, fabricantes e fornecedores foram consultados previamente sobre as especificações e condições do projeto, para que pudessem se manifestar a respeito das condições estabelecidas, desde que fosse mantido o atendimento das necessidades da ABIN.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de negócio

- 4.1.1. Atendimento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente.
- 4.1.2. Salvarguardar os investimentos já realizados na aquisição de equipamentos de rede e no treinamento de pessoal.

4.2. Requisitos de capacidade

4.2.1. Não se aplica, pois os bens a serem adquiridos são semelhantes aos já utilizados na ABIN, decorrentes de outras contratações, ou seja, os usuários já estão familiarizados com a utilização desses equipamentos.

4.3. Requisitos legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei 10.520/01, (Lei do Pregão), Decreto 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), Decreto 7.892/2013 (Registro de Preços), IN. 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC), NC14/IN01/DSCI/GSI, de 09/03/2018, e legislação específica aplicada.

4.4. Requisitos de manutenção, de garantia do produto e de assistência técnica

4.4.1. A CONTRATADA deve prestar serviço de suporte técnico durante toda a vigência contratual;

O suporte técnico, prestado pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante, deve contemplar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, além de atualizações de versão e de releases dos softwares, sem qualquer custo adicional;

4.4.2. Manutenção preventiva

- 4.4.2.1. A manutenção preventiva consiste na instalação de atualizações e engloba a atualização de versões de software e firmwares, incluindo *upgrades, updates* ou *patches* de correção;
- 4.4.2.2. A manutenção preventiva compreende a visita de técnico(s) da CONTRATADA em horários previamente agendados com a CONTRATANTE;
- 4.4.2.3. A CONTRATADA deve manter a CONTRATANTE informada das versões/atualizações, correções (*patches*) e vulnerabilidades dos softwares e firmwares, fornecidos nos componentes da solução;

4.4.3. Manutenção corretiva

- 4.4.3.1. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pelo equipamento ou software;
- 4.4.3.2. As manutenções corretivas serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção do defeito, inclusive para substituição de peças quando necessário ou para atualização da versão dos softwares;
- 4.4.3.3. Antes da abertura dos chamados, a CONTRATANTE fará verificações básicas acerca da alimentação, conectividade dos equipamentos e outros problemas de menor complexidade;
- 4.4.4. Suporte remoto, chamado técnico e atendimento on-site
- 4.4.4.1. As manutenções preventiva e corretiva também incluem o suporte remoto das 8h às 18h, 5 (cinco) dias por semana, fornecidos pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante;
- 4.4.4.2. Entende-se por suporte remoto aquele prestado por telefone, e-mail, chat ou qualquer outro meio utilizado pelo técnico da CONTRATADA ou Fabricante para instruir a equipe técnica da CONTRATANTE, desde que não seja necessária a presença daquele técnico nas dependências da CONTRATANTE;
- 4.4.4.3. O suporte remoto não implica em acesso remoto aos equipamentos/software instalados no ambiente da CONTRATANTE. Esse tipo de acesso não será permitido.

4.4.4.4. O chamado técnico que ensejar a troca de peças, de qualquer equipamento, atualização de software ou a aplicação de patches, deverá ser atendido na modalidade *on-site*. Essa lista é meramente exemplificativa, de tal forma que quaisquer outras atividades que demandem a intervenção de um técnico devem ser executadas localmente, no ambiente da CONTRATANTE, para cumprimento dos prazos estabelecidos para resolução de problemas relatados nos chamados de suporte técnico;

4.4.4.5. O atendimento on-site deve ser prestado onde o equipamento estiver instalado, na Sede da ABIN, em Brasília/DF;

4.4.4.6. Durante o prazo de vigência do suporte técnico, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer equipamento, peça ou software que apresente defeito, ainda que decorra do desgaste natural;

4.4.4.7. Caso algum módulo ou componente de programa ou do equipamento seja descontinuado, deverá ser fornecido, sem custo adicional para fins de atualização, outro, com configuração que lhe confira toda a

funcionalidade da versão anterior ou última atualização fornecida;

4.4.4.8. Caso um equipamento da solução falhe recorrentemente mais de 3 (três) vezes, pelo mesmo motivo, ficando constatado que não está atendendo efetivamente a demanda, em um período de 30 (trinta) dias, o mesmo deverá ser substituído pela CONTRATADA por um equipamento equivalente, com características similares ou superiores ao equipamento retirado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

4.4.4.9. A substituição deve ocorrer em até 72h (setenta e duas horas) após a 4ª comunicação do problema;

4.4.5. Deve ser disponibilizado pela CONTRATADA sistema WEB online que permita a geração de relatórios de chamados;

4.4.5.1. Os relatórios deverão apresentar, pelo menos, a identificação do chamado, o status (aberto, fechado ou suspenso), a localidade de abertura, data/hora de abertura do chamado, tempo de atendimento, tempo de resolução, identificação dos equipamentos ou softwares que apresentaram defeito e procedimentos executados para correção do problema, bem como outras anotações pertinentes. As pesquisas deverão ser disponibilizadas através do nome do equipamento, do número serial ou da identificação do chamado (ordem de serviço, por exemplo);

4.4.6. É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de todos os recursos necessários para o atendimento deste item, bem como para o cumprimento dos níveis de serviço determinados neste instrumento;

4.4.7. Todo chamado a ser aberto deve conter, minimamente, a identificação do chamado, o usuário solicitante, a localidade, o horário de abertura pelo usuário, início e término do atendimento do chamado, identificação do equipamento/módulo, número de série do equipamento, a descrição do chamado e a solução aplicada;

4.4.8. Garantia do produto

4.4.8.1. Os equipamentos deverão possuir garantia on-site de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do Recebimento Definitivo do objeto;

4.4.8.2. Quando o licitante não for o próprio fabricante e a garantia do fabricante for menor que o estipulado na especificação e a licitante fornecer uma “extensão de garantia”, “prazo de garantia estendido” ou “modalidade de prestação de serviços para atendimento on-site e/ou tempos de solução”, a licitante deverá informar na proposta comercial o respectivo código junto ao fabricante dos serviços adicionais incluídos;

4.4.8.3. Deverão ser fornecidos os Certificados de Garantia nominal do fabricante válidos em todo o território nacional;

4.4.8.4. Durante o prazo de garantia, a empresa CONTRATADA terá a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer equipamento, peça ou software que apresente defeito, que não decorra do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto;

4.4.8.5. Nos casos de necessidade de substituição de acessórios como teclado e mouse, deve ser mantido o mesmo padrão do componente substituído;

4.4.8.6. A garantia não será afetada caso a CONTRATANTE venha a instalar placas de expansão, tais como placa de rede, ou adicionar unidades de disco rígido ou SSD, bem como se alterar a capacidade de memória RAM do equipamento. Entretanto, a garantia desses opcionais será de total responsabilidade da CONTRATANTE;

4.4.8.7. Na reposição de qualquer equipamento homologado, durante a vigência da garantia, havendo a descontinuidade tecnológica do modelo fornecido, a CONTRATADA deverá substituí-lo por um que atenda as especificações exigidas no edital ou superior;

4.4.8.8. Caso seja necessária a troca de quaisquer peças dos equipamentos, as peças substitutas deverão ser novas e de primeiro uso, devendo apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela CONTRATANTE;

4.4.8.9. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pelo equipamento ou software;

4.4.8.10. As manutenções corretivas serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção do defeito, inclusive para substituição de peças quando necessário ou para atualização da versão dos softwares;

4.4.8.11. A CONTRATADA deverá informar o sítio Web do fabricante para suporte aos produtos ofertados, onde poderão ser obtidos os drivers do chipset, controladoras de vídeo e de rede, e dos demais periféricos, a partir de identificação por número de série ou outro identificador único do modelo do equipamento;

4.4.8.12. A assistência técnica dos produtos em garantia deverá ser prestada no local onde o equipamento estiver instalado (na modalidade on-site);

4.4.8.13. O prazo para resolução dos chamados será contado a partir do momento da identificação do chamado;

4.4.8.14. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;

4.4.8.15. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

4.4.8.16. O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima inclui mão de obra, peças e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências da CONTRATANTE, transportes e seguros também se aplicam à mesma garantia, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.5. **Requisitos temporais**

4.5.1. O Prazo de entrega dos bens será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento, pela contratada, da ordem de fornecimento de bens.

4.6. **Requisitos de Sigilo e Segurança da Informação**

4.6.1. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da ABIN, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

4.6.2. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

4.6.3. A CONTRATADA deverá assinar e entregar, na Reunião Inicial, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto.

4.7. **Requisitos sociais, ambientais e culturais**

4.7.1. Os equipamentos fornecidos deverão possuir interface de operação no idioma inglês ou português do Brasil e simbologia universal para operação das funções básicas das multifuncionais e informações de atolamento, falta de consumíveis ou falhas operacionais;

4.7.2. O idioma a ser utilizado na documentação dos equipamentos deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês;

4.7.3. O idioma a ser utilizado no processo de gerenciamento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês;

4.7.4. Os bens entregues devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e devem ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS, conforme artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010.

4.7.5. O fornecimento das licenças de software e manuais deverá ser feito de forma eletrônica, evitando o envio e transporte de mídias, em atendimento ao Art. 9º da Política de Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);

4.7.5.1. Só será admitida a oferta de equipamentos que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria/INMETRO nº 170, de 2012;

4.7.5.2. Só será admitida a oferta de equipamentos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.8. **Requisitos de arquitetura tecnológica**

4.8.1. Quanto às funcionalidades de programabilidade os equipamentos do item 1 - Switch core devem apresentar as seguintes características:

- Deve suportar funcionamento em modo *switch* ou modo *Software Defined Network* (SDN), seja através de configuração ou com a troca do sistema operacional do equipamento, com ou sem necessidade de licenciamento adicional.
- Deve suportar mecanismo de auto provisionamento para simplificação do processo de configuração e atualização de imagem e *firmware* do equipamento.
- Deve possuir uma plataforma aberta, com flexibilidade para programação via *Application Programming Interface* (API).
- Deve implementar API modeladas de acordo com o padrão YANG (RFC 6020) de acordo com as definições do OpenConfig.
- O fabricante deve disponibilizar em sítio eletrônico público de forma gratuita os modelos YANG nativos (específicos desta plataforma de equipamentos) e variações dos abertos, assim como manter os modelos atualizados.
- Deve implementar, no mínimo, os protocolos de gerenciamento de redes NETCONF e RESTCONF.
- Deve implementar, no mínimo, as codificações de dados nos formatos XML e JSON.
- Deve suportar scripts de configuração em Python nativamente na caixa.
- Deve implementar integração com plataforma de telemetria utilizando padrões abertos de transportes de dados e formatos de mensagens utilizando *streaming*.

4.9. **Requisitos de projeto e implementação**

4.9.1. A Contratada deve apresentar, antes de iniciar a fase de implantação da solução, projeto de instalação que deve ser aprovado pela Contratante. O projeto deve incluir uma proposta de cronograma.

4.10. **Requisitos de implantação**

- 4.10.1. Os itens da licitação deverão ser entregues na Sede da ABIN, em Brasília/DF, conforme quantidades e tipos especificado no TR;
- 4.11. **Requisitos de experiência profissional**
- 4.11.1. Os profissionais escalados para intervir no ambiente da CONTRATANTE deverão ter participado de atividade semelhante, de instalação ou configuração envolvendo os produtos adquiridos;
- 4.11.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração, podendo ser fornecida pelo fabricante, de que o profissional já participou de atividade de instalação ou configuração dos produtos fornecidos ou foi treinado para isso.
- 4.12. **Requisitos de formação da equipe**
- 4.12.1. O profissional que fará a implantação da solução, conforme definido nos Requisitos de Implantação, deverá possuir certificação do equipamento/software que for instalar/configurar. A comprovação dar-se-á mediante a apresentação de certificado emitido pelo fabricante ou distribuidor autorizado no Brasil.
- 4.13. **Requisitos de metodologia de trabalho**
- 4.13.1. Por se tratar de aquisição de bens comuns, os equipamentos serão fornecidos em quantidades e unidades de acordo com o quantitativo estabelecido no contrato ou na ordem de fornecimento de bens e nota de empenho;
- 4.13.2. A entrega da solução deve ser planejada de acordo com disponibilidade de ambas as partes, podendo ser agendada remotamente através de telefone ou e-mail;
- 4.13.3. Os produtos deverão ser entregues, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura na Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Brasília – DF, em dia útil, no período das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas;
- 4.14. **Crítérios e práticas de sustentabilidade**
- 4.14.1. A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.
- 4.14.2. A execução do objeto deste contrato será realizada de acordo com os critérios contidos no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, no Decreto n.º 7.746/12, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, na Lei n.º 12.305/10, que institui a Política de Resíduos Sólidos, como também nas questões referentes ao Guia Nacional de Contratações sustentáveis no que diz respeito a Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- 4.14.3. São diretrizes de sustentabilidade, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
- 4.14.4. Observar sempre as melhores práticas de configuração de software e sua aderência ao ambiente de infraestrutura existente.
- 4.14.5. As configurações de software deverão ser executadas visando alto desempenho com o uso racional de energia, evitando-se a sobrecarga de equipamentos ou dispositivos elétricos.
5. **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**
- 5.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**
- 5.1.1. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme o disposto no art. 29 da IN SGD/ME Nº 01/2019;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos Arts. 18 e 32 da IN SGD/ME Nº 01/2019, quando for o caso;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços (ARP), quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;
- 5.1.9. Prever, quando for o caso, que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.10. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.11. Proporcionar as facilidades necessárias à boa execução do contrato, observadas as Normas de Segurança Corporativa vigentes;
- 5.1.12. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação;
- 5.1.13. Permitir o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de entrega/execução, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;
- 5.1.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta contratação;
- 5.1.15. Impedir que terceiros executem os procedimentos de suporte técnico dos softwares fornecidos;
- 5.1.16. Não revelar, copiar, duplicar, reproduzir, autorizar ou permitir a utilização por terceiros dos softwares licenciados para o seu uso;
- 5.1.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados
- 5.2. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**
- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 5.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.5. Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TIC;
- 5.2.6. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.7. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração;
- 5.2.8. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.2.9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.2.10. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 5.2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.12. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.13. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.14. A CONTRATADA e seus prepostos, que participarem da execução desta relação contratual, se obrigam a guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, no grau em que tenham sido previamente qualificados pela parte que os forneceu, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo assinar um Termo de Manutenção de Sigilo e providenciar que os seus funcionários assinem o Termo de Ciência;
- 5.2.15. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de eventuais imprevistos relacionados à execução do contrato;
- 5.2.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
- 5.2.17. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 5.2.18. Responsabilizar-se pelo imediato atendimento a eventual solicitação da ABIN, no sentido de fornecer prontamente quaisquer informações e documentos relativos às atividades da empresa;
- 5.2.19. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 5.2.20. Providenciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

- 5.2.21. Fornecedor, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 5.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da lei 8.666.
- 5.2.24. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.25. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- 5.2.26. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. **Rotinas e Condições gerais de execução**

- 6.1.1. Após a assinatura do Contrato, o Gestor do contrato deve convocar a Reunião Inicial com todos os envolvidos na contratação. Na Reunião Inicial:
- 6.1.1.1. O representante legal da contratada deverá apresentar o Preposto;
- 6.1.1.2. A CONTRATADA deverá entregar, devidamente assinados, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;
- 6.1.2. Após a reunião inicial, o Gestor do Contrato encaminhará formalmente as Ordens de Fornecimento de Bens (OFB) – Anexo VI, quando aplicáveis, ao Preposto da Contratada;
- 6.1.3. Todos os itens entregues pela CONTRATADA passarão por inspeção e avaliação quando recebidos pela CONTRATANTE;
- 6.1.4. A CONTRATADA deverá providenciar os meios para que o Gestor do contrato tenha acesso ao sistema WEB de registro e acompanhamento dos chamados;
- 6.1.4.1. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;
- 6.1.4.2. O sistema WEB deverá listar os chamados concluídos e em andamento, com os tempos de abertura e conclusão e o respectivo status e permitir a geração de relatórios e estatísticas acerca dos chamados registrados;
- 6.1.5. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega**
- 6.1.6. O Prazo de entrega dos produtos será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento de bens (OFB);
- 6.1.7. Os produtos deverão ser entregues, instalados e configurados na Sede da ABIN, no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1 - Asa Sul, CEP:70610-905, no período das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, em dias úteis;
- 6.1.8. Eventualmente, tarefas excepcionais poderão ser executadas fora do horário especificado, desde que previamente acordado com a CONTRATANTE;
- 6.1.9. Caso os bens sejam importados, deve-se comprovar, no momento da entrega do objeto, a origem dos bens oferecidos e a quitação dos tributos de importação.

6.1.10. **Documentação mínima exigida**

- 6.1.11. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência (*datasheets*) contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;
- 6.1.12. A CONTRATADA deverá fornecer documentação completa da solução, incluindo orientações de instalação, especificação do equipamento, características e funcionalidades;

6.2. **Papéis e responsabilidades da contratante e contratada na execução contratual**

- 6.2.1. **Preposto** - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 6.2.2. **Gestor do contrato** - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:
- 6.2.2.1. Encaminhamento das demandas de correção à contratada;
- 6.2.2.2. Encaminhamento de indicação de sanções para Área Administrativa da contratante;
- 6.2.2.3. Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;
- 6.2.2.4. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;
- 6.2.2.5. Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;
- 6.2.2.6. Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.
- 6.2.3. **Fiscal técnico do contrato** - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:
- 6.2.3.1. Confeção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;
- 6.2.3.2. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos;
- 6.2.3.3. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;
- 6.2.3.4. Identificação das ocorrências de não conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 6.2.4. **Fiscal requisitante do contrato** - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:
- 6.2.4.1. Confeção e assinatura do termo de recebimento definitivo, juntamente com o gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;
- 6.2.4.2. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.
- 6.2.5. **Fiscal administrativo do contrato** - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:
- 6.2.5.1. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;
- 6.2.5.2. Verificação de aderência aos termos contratuais;
- 6.2.5.3. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

6.3. **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	1	Switch Core (C9500-24Y4C)	Un.	4
	2	Transceivers multimodo de 10G (SFP-10G-SR-S 10GBaseSR MMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850)	Un	30
	3	Transceiver monomodo de 10G (SFP-10G-LR-S 10GBaseLR 10Km SMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850)	Un.	20
	4	Cabos Twinax 100G para uplink, 5 metros (compatíveis com C9500-24Y4C)	Un.	4
	5	Cabos Twinax 100G para uplink, 15 metros (compatíveis com C9500-24Y4C)	Un.	4
	6	Transceiver 10/25G Multimodo (SFP-10/25-CSR-S compatíveis com C9500-24Y4C)	Un.	96
	7	Suporte técnico de 12 (doze) meses para Switch Core (C9500-24Y4C), item 1.	Un.	4

6.4. **Mecanismos formais de comunicação**

- 6.4.1. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada;
- 6.4.2. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a ABIN todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, portal na Internet (site), Ordem de serviço ou de Fornecimento de Bens, ofício, carta, telefone, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;
- 6.4.3. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.

6.5. **Da transição contratual**

- 6.5.1. Não haverá transição contratual, uma vez que se trata de fornecimento de equipamentos. Além disso, as equipes técnicas da ABIN já possuem conhecimento de operação dos bens a serem adquiridos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de aceitação

7.1.1. Para o recebimento dos bens:

7.1.1.1. Todos os componentes da solução deverão ser compatíveis entre si e com suas funcionalidades, sem a utilização de adaptadores, fresagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas, ou quaisquer outros procedimentos alternativos, ou utilizar materiais inadequados ou que forcem adaptações que sejam físicas ou logicamente incompatíveis;

7.1.1.2. Os componentes internos deverão ser montados, homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, ou seja, não será aceita nenhuma alteração que comprometa o desempenho ou a durabilidade do equipamento;

7.1.1.3. O número de série de cada equipamento deve ser único, afixado em local visível na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém;

7.1.1.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação ou apresentados na proposta. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;

7.1.1.5. A CONTRATADA deverá garantir que todos os componentes dos produtos sejam novos e de primeiro uso e que estejam em linha de produção durante a vigência do contrato. Sendo permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto;

7.1.1.6. Será aferido se a solução atende às exigências estabelecidas no item 4.8 do TR – “Requisitos de Arquitetura Tecnológica”.

7.1.2. Para o Suporte Técnico

7.1.2.1. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do serviço até o encerramento do atendimento;

7.1.2.2. A CONTRATADA deverá notificar oficialmente a conclusão do atendimento no momento do fechamento de cada chamado;

7.1.2.3. As áreas técnica e requisitante da CONTRATANTE farão a verificação da adequação dos serviços prestados aos requisitos gerais e específicos estabelecidos, bem como aos critérios de aceitação;

7.1.2.4. Em caso de encerramento indevido de um chamado, sem que o problema seja adequadamente resolvido, ou seja, em que forem verificados vícios, incorreções ou erros grosseiros, a CONTRATADA será notificada e os prazos do chamado continuarão sendo contados até que o problema seja de fato resolvido;

7.1.2.5. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensinará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do serviço;

7.1.2.6. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído;

7.1.2.7. Os chamados não concluídos dentro dos prazos especificados serão contabilizados para fins de aplicação das penalidades;

7.2. Procedimentos de teste e inspeção

7.2.1. Não se aplica. Como nenhum produto será desenvolvido ou projetado ao longo do contrato, não serão necessários testes e inspeções ao longo da execução do contrato. O objeto da contratação será recebido após as inspeções realizadas e vinculadas ao Recebimento Definitivo, que atesta que a solução fornecida atende às especificações;

7.3. Monitoramento da execução contratual

7.3.1. Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do CONTRATO, a CONTRATANTE designará servidores (titulares e substitutos) para executar os seguintes papéis:

7.3.1.1. **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

7.3.1.2. **Fiscal Técnico:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;

7.3.1.3. **Fiscal Requisitante:** servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e

7.3.1.4. **Fiscal Administrativo:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

7.4. Do recebimento do objeto e da avaliação de qualidade e conformidade

7.4.1. Todas as despesas para a correta execução do objeto, tais como fretes, seguros, impostos, deslocamentos, transportes, cargas e descargas e outros, desde a origem até sua entrega no local serão de responsabilidade da CONTRATADA;

7.4.2. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, antecipadamente, a data e horário da entrega. Não serão aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

7.4.3. Por ocasião da entrega da solução, os equipamentos serão submetidos a verificação quantitativa e inspeção visual das condições de fornecimento com vistas ao recebimento provisório para posterior análise de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e com a proposta da CONTRATADA;

7.4.4. A existência de inspeção não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade do material fornecido;

7.4.5. O objeto será recebido PROVISORIAMENTE, em até 15 (quinze) dias, mediante Termo de Recebimento provisório assinado, assinado pelas partes para efeito de verificação da conformidade, qualidade e desempenho de acordo com as especificações constantes do Edital e da proposta comercial.

7.4.5.1. O recebimento PROVISÓRIO será conduzido por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente de, no mínimo, 3 (três) membros quando se tratar de materiais de valor superior a R\$ 176.000 (cento e setenta e seis mil reais);

7.4.5.2. Nos procedimentos de recebimento de bens serão verificados o cumprimento das seguintes obrigações:

7.4.5.3. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso;

7.4.5.4. Os equipamentos devem ser entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais, lacrados, devendo apresentar identificações de marca, modelo e outras características contidas na proposta da CONTRATADA;

7.4.5.5. Os equipamentos devem ser entregues acompanhados de todos os acessórios previstos nas especificações técnicas (como cabo de energia, conectores, etc.) e descritos na documentação apresentada junto com a proposta da CONTRATADA, para imediata aplicação e utilização do dispositivo;

7.4.5.6. O cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens;

7.4.5.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.4.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.4.7. O objeto será recebido definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, em até 30 dias após o Recebimento Provisório, no qual será verificada a adequação do objeto aos termos contratuais;

7.4.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.4.8. O Recebimento DEFINITIVO dos bens estará condicionado à verificação do cumprimento das seguintes obrigações:

7.4.8.1. Atendimento das especificações descritas no Edital, através da conferência dos itens de hardware e software;

7.4.8.2. O Recebido Definitivo está condicionado à ativação das licenças de software;

7.4.8.3. Transferência da propriedade do equipamento para a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), quando for o caso;

7.4.8.4. O cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens.

7.4.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.4.10. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para a ABIN, se entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Contrato ou na sua proposta;

7.4.10.1. Caso seja verificada alguma inconformidade na aceitação inicial do objeto, a contratante informará à contratada os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) bem(ns) para correção. A contratada será notificada com o respectivo Termo de rejeição, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto, ficando sujeita às penalidades previstas no edital ou no contrato;

7.4.11. À contratada caberá sanar as irregularidades identificadas na entrega dos bens ou substituir as parcelas do objeto em desacordo com o edital no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da rejeição, arcando com todos os custos para recolhimento e entrega de novos bens, sem prejuízo das sanções contratuais.

7.5. Forma de pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.2.1. Para os itens 1 a 6, o pagamento será realizado **em parcela única**, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2.3. Para o item 7 (Suporte Técnico), o pagamento será realizado **mensalmente**, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.7. O pagamento de quaisquer dos itens estará condicionado à emissão Nota Fiscal/Fatura.

- 7.5.11. O pagamento estará condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo da solução;
- 7.5.13. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do Termo de Recebimento Definitivo da solução ou serviço, conforme disposto neste Termo de Referência.
- 7.5.17. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 7.5.17.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada;
- 7.5.17.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 7.5.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.5.18.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 7.5.18.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.5.18.3. O prazo de validade;
- 7.5.18.4. A data da emissão;
- 7.5.18.5. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.5.18.6. O período de prestação dos serviços;
- 7.5.18.7. O valor a pagar; e
- 7.5.18.8. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.5.19. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.5.20. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.21. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.5.21.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.21.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 7.5.21.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 7.5.21.4. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- 7.5.21.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 7.5.21.6. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.5.21.7. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF;
- 7.5.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 7.5.22.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 7.5.23. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;
- 7.5.24. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

- 7.5.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.6. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**
- 7.6.1. **Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**
- 7.6.1.1. Quanto a prestação do suporte técnico especializado, a CONTRATADA estará sujeita à retenção do pagamento ou glosa no pagamento efetuado correspondente à parcela inadimplida quando:
a) Não atender aos itens descritos nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados, deixar de executar as atividades contratadas; ou não cumprir os prazos determinados para atendimento dos chamados de suporte técnico; ou
c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
e) Para os itens que terão pagamento em parcela única não haverá glosa, contudo foram definidos critérios de aceitação e sanções administrativas, como multas e garantia contratual, a fim de garantir a correta entrega dos bens, a atestação do Recebimento e a prestação da garantia.
- 7.6.4. **Regras para aplicação de multas e sanções administrativas**
- 7.6.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 7.6.4.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.6.4.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.6.4.4. Fraudar na execução do contrato;
- 7.6.4.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 7.6.4.6. Cometer fraude fiscal;
- 7.6.4.7. Não mantiver a proposta.
- 7.6.4.8. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas ou descumprir parcial ou totalmente os compromissos assumidos, após regular apuração, mediante processo administrativo, garantido amplo direito de defesa, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.6.4.9. **Advertência**
- 7.6.4.10. Aplicadas nos casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.
- 7.6.4.11. **Critérios para aplicação de sanções e multas**

Id	Evento	Ocorrência
----	--------	------------

		1º	2º	3º
1	Atraso injustificado na entrega dos bens	Advertência Se atraso for de até 5 (cinco) dias. Atraso acima de 10 (dez) dias configura 2ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
2	Atraso injustificado no início da execução do objeto	Advertência Se atraso for de até 5 (cinco) dias. Atraso acima de 10 (dez) dias configura 2ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias o	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
3	Entrega em quantidade inferior àquela prevista no empenho	Advertência Se atraso for de até 5 (cinco) dias. Atraso acima de 10 (dez) dias configura 2ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
4	Atraso na substituição de produtos rejeitados no recebimento provisório	Advertência Se atraso for de até 10 (dez) dias. Atraso acima de 20 (vinte) dias configura 2ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
5	Atraso no atendimento dos prazos previstos para o suporte técnico	Advertência Se atraso for de até 5 (dois) dias. Atraso acima de 10 (dez) dias configura 2ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
6	Atraso no atendimento dos prazos previstos para a garantia	Advertência Se atraso for de até 5 (dois) dias. Atraso acima de 10 (dez) dias configura 2ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 5 (cinco) dias
7	Deixar de entregar os bens. Caracterizada inexecução total do contrato	Multa compensatória de 20% sobre o valor total da contratação	---	---
		Rescisão do contrato	---	---

7.6.4.12. Em caso de inexecução parcial, em eventos não previstos acima, a multa compensatória, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

7.6.4.13. Suspensão de licitar e impedimento de contratar

7.6.4.14. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.6.4.15. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

7.6.4.16. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

7.6.4.17. Declaração de inidoneidade

7.6.4.18. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

7.6.5. A critério da Administração, as sanções poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado por escrito pela CONTRATADA, e aceito pela CONTRATANTE;

7.6.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

7.6.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

7.6.7. As sanções de Advertência, Suspensão de licitar e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.6.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.6.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude

7.6.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.6.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.9.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da administrada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de má-fé administrativa tipificada pela Lei nº 12.240, de 1º de agosto de 2010, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

7.6.9.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

7.6.9.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.6.9.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade:

7.6.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços está detalhada na Nota técnica (SEI-ABIN 0794958).

Id.	Descrição do Bem	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário Máximo. (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
1	Switch Core (C9500-24Y4C)	04	Unidade	225.000,00	900.000,00
2	Transceivers multimodo de 10G (SFP-10G-SR-S 10GBaseSR MMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850)	30	Unidade	2.630,00	78.900,00

3	Transceiver monomodo de 10G (SFP-10G-LR-S 10GBaseLR 10Km SMF compatíveis com equipamento Cisco Catalyst 4500X, Catalyst 3850)	20	Unidade	9.310,00	186.200,00
4	Cabos Twinax 100G para uplink, 5 metros (compatíveis com C9500-24Y4C)	04	Unidade	10.820,00	43.280,00
5	Cabos Twinax 100G para uplink, 15 metros (compatíveis com C9500-24Y4C)	04	Unidade	14.140,00	56.560,00
6	Transceiver 10/25G Multimodo (SFP-10/25-CSR-S compatíveis com C9500-24Y4C)	96	Unidade	5.600,00	537.600,00
7	Suporte técnico de 12 (doze) meses para Switch Core (C9500-24Y4C), item 1.	4	Unidade	95.800,00	383.200,00

8.1. Estimativa de impacto econômico-financeiro no orçamento

8.2. Estima-se que a presente contratação seja realizada pelo valor aproximado de R\$ 2.185.740,00 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil setecentos e quarenta reais).

8.3. Os recursos orçamentários para a realização desse projeto estão consignados na previsão de orçamento da ABIN para 2023, Fonte de Recursos – 0100.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 110120

Fonte de Recursos: 1000

Programa de trabalho: 4002 - Segurança Institucional

Elemento de Despesa: Equipamentos de TIC - Ativos de rede e Suporte de infraestrutura de TIC

Plano interno: CPS.A.1.1

10. DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

10.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

10.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

10.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

10.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

10.10. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

10.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

10.14. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**11.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

11.2.1. A contratação será efetuada mediante aquisição, com fornecimento integral dos quantitativos eventualmente contratados.

11.2.2. Modalidade da Licitação

11.2.2.1. Devido à padronização existente no mercado, os bens de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando, dessa forma, caracterizados como bens comuns;

11.2.2.2. Considerando que os produtos pretendidos são classificados como bens/serviços comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e conforme previsto no Inciso X do art. 4º da Lei nº 10.520/02 e no parágrafo único do art. 25 da IN SGD/ME Nº 01/2019, a contratação será realizada mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo “menor preço global”.

11.2.3. Critério de aceitabilidade de preços

11.2.4.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) Valor Global: R\$ 2.185.740,00 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil setecentos e quarenta reais).

c) Valores unitários: valor unitário máximo aceitável de cada item, conforme a tabela do item 1 deste termo de referência.

11.3. Critérios de seleção do fornecedor

11.3.1. Por ocasião da apresentação da proposta comercial com a descrição do item proposto, a licitante deverá, obrigatoriamente, demonstrar que o produto ofertado atende às exigências solicitadas nesta especificação, podendo para tanto embasar-se em documentação pública e oficial do fabricante do equipamento;

a) Serão aceitos catálogos, *datasheets*, manuais, páginas da web, brochuras ou outra documentação oficial onde se possa de maneira inequívoca identificar o modelo de equipamento proposto. A comprovação e suas referidas documentações poderão ser fornecidas em mídia eletrônica;

b) No envio da proposta comercial, para fins de identificação do objeto, a LICITANTE deverá apresentar descrição do objeto ofertado, que deve ser caracterizado de maneira inequívoca, incluindo a informação da marca e o modelo do equipamento proposto para fins de avaliação, conforme descrito no item anterior;

c) Será obrigatória a demonstração de atendimento de todos os requisitos exigidas por meio da indicação do Número da página da documentação fornecida para cada Item/Subitem das especificações técnicas;

d) A proposta comercial deverá indicar, por meio da documentação técnica, a página, o item e o subitem, se houverem, a localização das especificações técnicas;

e) A escolha do material a ser utilizado para comprovação das especificações técnicas ficará a critério do proponente;

f) Havendo dúvidas na comprovação da especificação, a sessão pública do certame poderá ser suspensa e ser solicitado à LICITANTE, por meio de diligência, esclarecimentos sobre a especificação dos produtos cotados;

g) A licitante deverá ainda, apresentar declaração de que o produto atende a todas especificações exigidas.

- h) Na proposta apresentada, deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas com mão de obra, fretes, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, incluindo todos os componentes de custo dos serviços (equipamentos, insumos, softwares, licenças de uso, etc.) e o lucro, todas necessárias à perfeita execução do objeto da licitação;
- 11.4. **Aplicabilidade do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática**
- 11.4.1. Considerando que o objeto da licitação se amolda ao conceito de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação estabelecido no art. 16-A, incisos II e IV, da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado, na presente licitação, o direito de preferência previsto no art. 3º do referido diploma legal, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 11.5. **Requisitos de qualificação técnica**
- 11.5.1. Considerando a importância dos equipamentos existentes o núcleo de rede do Data Center da ABIN, com o intuito de minimizar os riscos da contratação e alcançar os resultados esperados, é imprescindível que o licitante possua capacidade técnica e de fornecimento para executar o objeto da licitação.
- 11.5.2. A exigência de comprovação de capacidade técnica relacionada ao objeto licitado se dá com fulcro no art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e visa garantir que a LICITANTE já forneceu os bens com a referida garantia e suporte técnico e, portanto, possui capacidade técnico-operacional para fornecê-lo adequadamente;
- 11.5.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 11.5.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a bens e serviços executados com as seguintes características mínimas:
- 11.5.3.1.1. fornecimento anterior de 50% do quantitativo de switches constantes do item 1, com funcionalidades compatíveis com as especificadas nesse Termo de Referência, quais sejam:
- a) Switches da fabricante Cisco Systems de linhas compatíveis com switches Core;
- b) Suporte à Multichassis Link Etherchannel;
- c) Suporte ao padrão IEEE 802.1AE MAC Security (MACsec);
- 11.5.3.1.2. execução anterior do serviço agregado de suporte técnico de Switches da fabricante Cisco Systems, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.
- 11.5.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 11.5.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 11.5.3.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de bens (item 11.5.3.1.1), a apresentação de diferentes atestados de fornecimentos executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 11.5.3.5. Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes para comprovação da experiência mínima na execução dos serviços (item 11.5.3.1.2), não havendo obrigatoriedade de os 12 meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 11.5.3.6. Será aceito o somatório de atestados diversos para comprovação do disposto nos itens 11.5.3.1.1 e 11.5.3.1.2.
- 11.5.3.7. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.5.3.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.5.3.9. De acordo com a política de canais autorizados da Cisco, disponível em https://www.cisco.com/c/dam/m/en_emear/brand-protection/Why_to_Buy_from_the_Cisco_Authorised_Channel_PT_non_EU_version.pdf, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:
- a) Documentação atualizada (30 dias no máximo) que comprove, no que couber, ser devidamente credenciada para comercializar, instalar, configurar e dar suporte aos produtos Cisco (especificamente os constantes nesta licitação) no Brasil, a seus produtos. A inclusão da exigência de credenciamento junto à Cisco Systems é recomendada devido às particularidades de mercado, visando garantir a expertise necessária para comercializar, instalar, configurar e dar suporte aos produtos Cisco. Essa medida contribui para a eficiência na implementação e manutenção dos produtos Cisco, refletindo positivamente na consecução dos objetivos da licitação.
- b) A licitante deverá comprovar, ainda que possui as seguintes especializações e certificações do corpo técnico:
- I - *Customer Experience Specialization*;
- II - *Advanced Data Center Architecture Specialization*;
- III - *Advanced Enterprise Networks Architecture Specialization*;
- c) Serão aceitos como comprovação, declaração do fabricante ou a listagem de parceiros do site eletrônico: <https://locatr.cloudapps.cisco.com/WWChannels/LOCATR/pf/index.jsp#/>.
- d) Cláusula de Proteção da Marca, garantindo que a aquisição da garantia técnica foi feita de canal autorizado do fabricante, sendo reportado à Cisco como vendido ao cliente final, está elegível para suporte do fabricante e o serviço está em concordância com as políticas do fabricante;
12. **DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS**
- 12.1. **Da garantia de execução contratual**
- 12.1.1. A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento;
- 12.1.2. O elevado valor da contratação é um dos motivos que levam à exigência da Garantia Contratual neste processo. É prudente que o valor da garantia esteja à disposição caso a empresa não cumpra as obrigações estabelecidas no contrato. Ou seja, a garantia contratual pode ser utilizada para quitar possíveis prejuízos causados pela CONTRATADA à ABIN durante a vigência do contrato;
- 12.1.3. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais;
- 12.1.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 12.1.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.
- 12.1.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 12.1.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 12.1.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 12.1.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- 12.1.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 12.1.5. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 12.1.5.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública
- 12.1.5.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE;
- 12.1.5.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 12.1.5.4. Seguro-garantia:
- 12.1.5.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 12.1.5.6. Fiança bancária
- 12.1.5.7. Neste caso, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 12.1.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 12.1.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;
- 12.1.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- 12.1.9. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93.
- 12.1.10. Será considerada extinta a garantia:
- 12.1.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

- 12.1.10.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.
- 12.1.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;
- 12.1.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 12.2. **Do provimento de recursos necessários à execução contratual**
- 12.2.1. É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de todos os recursos necessários para o atendimento deste contrato.
- 12.2.2. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 12.3. **Da propriedade intelectual**
- 12.3.1. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração.
- 12.4. **Da transferência de conhecimentos**
- 12.4.1. Não haverá transferência de conhecimento, pois os itens a serem adquiridos são equivalentes aos já existentes e em uso da ABIN.
- 12.5. **Do encerramento contratual**
- 12.5.1. Não haverá transição contratual, uma vez que se trata de fornecimento de equipamentos. Além disso, as equipes técnicas da ABIN já possuem conhecimento de operação dos bens a serem adquiridos.
- 12.6. **Da alteração subjetiva**
- 12.6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12.7. **Dos casos omissos**
- 12.7.1. Em nenhuma hipótese os LICITANTES e/ou a futura CONTRATADA poderão alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no CONTRATO. O CONTRATANTE reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e a seus anexos.

13. **ANEXOS**

- I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - TI (SEI nº 0911089)
- II - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS
- III - TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO
- IV - TERMO DE GARANTIA
- V - MATRIZ: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
- VI - ORDEM DE SERVIÇO

14. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

ASSINATURA

IN SGD/ME Nº 01/2019, Art. 12, § 6º

Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 12º e no art. 26º da IN SGD/ME 01/2019, encaminhamos o Termo de Referência/Projeto Básico ao Departamento de Administração e Logística para continuidade do procedimento licitatório.

Equipe de planejamento da contratação.

JOÃO ALBERTO PINCOVSCY Integrante Requisitante	THIAGO MELO STUCKERT DO AMARAL Integrante Técnico	HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO Integrante Administrativo
----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

Certifico que este Termo de Referência/Projeto Básico foi elaborado a partir de um modelo de documento instituído pela ABIN, compatível com os modelos divulgados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

PAULO MAGNO DE MELO RODRIGUES ALVES
Diretor do CEPESC

Documento assinado eletronicamente

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sediada em Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 2, Bloco A, Brasília – DF, CEP: 70610-905, CNPJ nº 01.175.497/0001-41, doravante denominado contratante, e, de outro lado, a Empresa _____, com sede na _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada contratada;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º _____/20____/DAL/SPG/ABIN/GSI/PR doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a contratada poderá ter acesso a informações sigilosas da contratante;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos durante acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as **INFORMAÇÕES** deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, ligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das **INFORMAÇÕES**, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das **INFORMAÇÕES** por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das **INFORMAÇÕES**, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das **INFORMAÇÕES**, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. **Parágrafo Primeiro** – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

III - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

V - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

- VII - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- IX - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- XI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- XIII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e
- XV - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília - DF, ____ de ____ de 20__.

De acordo	
CONTRATANTE	CONTRATADA
Nome	Nome
Diretor(a) de Administração e Logística – ABIN	Cargo
TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
Nome	Nome
Qualificação	Qualificação

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO

Contrato N°: ____/20__/DAL/SPG/ABIN/GSI/PR

Objeto: Aquisição de _____

Contratante (Órgão): Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Contratada: Empresa _____

CNPJ: _____

Preposto da Contratada: _____

CPF: _____

Por este instrumento, os empregados signatários declaram ter ciência e conhecimento do **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo**, cuja inobservância acarretará eventualmente sanção nas esferas administrativa, civil e penal, nos termos da legislação correlata em vigor.

Brasília, __ de ____ de 20__.

Ciência

Empregados da contratada

Nome do empregado

Nome do empregado

ANEXO IV - TERMO DE GARANTIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, compromete-se a prestar garantia técnica, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo dos produtos para a Agência Brasileira de Inteligência, nos seguintes termos e condições:

- O presente termo se refere ao lote nº ____/2023, com ____ unidades identificadas de _____ a _____, constante da Nota Fiscal nº ____/2023 e rege-se pelo disposto nos artigos 69 e 73, § 2º da Lei 8.666/93, artigo 50, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, bem como pelas regras do Processo nº ____/2023 e Contrato nº ____/2023;
- Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeito insanável em intervenção de manutenção ou atendimento de suporte técnico, em até 30 (trinta) dias após a comunicação do defeito;
- Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, em até 30 (trinta) dias após a comunicação, os dispositivos que apresentarem 2 (duas) ou mais intervenções de manutenção ou atendimento de suporte técnico em um período de 60 (sessenta) dias.
- Na reposição de qualquer dos produtos, durante a vigência da garantia, havendo a descontinuidade tecnológica de componentes de software, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro que atenda as especificações exigidas no Projeto Executivo e submetê-lo a homologação da ABIN;
- Os procedimentos cobertos pela garantia descritos acima incluem mão de obra, peças e componentes e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências da ABIN, transportes e seguros também se aplicam, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
- O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima deverá ser realizado, em no máximo 2 (dois) dias úteis, contadas a partir do comunicado formal;
- A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação e materiais e componentes empregados na produção dos dispositivos;
- Todos os itens substitutos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação daqueles originalmente entregues;

17. O descumprimento das regras constantes neste Termo de Garantia sujeitará a responsável às penalidades legais e contratuais previstas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

Nome
Cargo/Função
Empresa

ANEXO V - MATRIZ: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Procedimentos para verificação do cumprimento das disposições estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) nas contratações que envolvam o uso compartilhado de dados necessários à execução de ações de inteligência	
Detalhamento do item da PNI que permite o tratamento de dados pessoais (sem consentimento do titular)	Redija aqui.
Relação dos requisitos a serem observados para uso de dados pessoais (LGPD)	Descrição das ações que visam a adequação com os requisitos estabelecidos (conformidade com princípios da LGPD)
Propósitos legítimos, específicos, explícitos	Redija aqui.
Abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades	Redija aqui.
Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados	Redija aqui.
Observância e cumprimento das normas de proteção de dados pessoais	Redija aqui.

ANEXO VI - ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS / OFB:				
Data de Emissão:				
Emergencial:	()	Sim	()	Não
Área Requisitante da Solução:				
Nome do Projeto:				
Sigla:				
Contratada:				
Contrato nº:				

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES

Id	PRODUTO / SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	PREÇO
1				
2				
3				
TOTAL:				

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Digite aqui o texto... ..

Digite aqui o texto... ..

CRONOGRAMA

Id	TAREFA	INÍCIO	FIM
1			
2			
3			

DOCUMENTOS ENTREGUES

Digite aqui o texto... .. [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

Digite aqui o texto... .. [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Início dos Produtos/Serviços:	
Data Prevista para Entrega dos Produtos/Serviços:	
Prazo Total do Contrato (com a garantia):	

O presente documento segue assinado pelo Fiscal Requisitante da Solução, Gestor do Contrato e Preposto da Contratada.

Documento assinado eletronicamente

Modelo disponibilizado no sítio eletrônico do "Governo Digital"
"Termo de Referência (TR) para Compras de TIC" - atualizado em 06/04/2023

Referência: Processo nº 00091.010017/2022-17

SEI nº 1028434

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -